Arquitetura colonial baiana

alguns aspectos de sua história

Robert C. Smith

ARQUITETURA COLONIAL BAIANA

ALGUNS ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA

Robert C. Smith

ARQUITETURA COLONIAL BAIANA

ALGUNS ASPECTOS DE SUA HISTÓRIA

Salvador
EDUFBA
2010

Projeto Gráfico
Geraldo Jesuíno

Editoração e Capa (Arte Final)
Rodrigo C. Yamashita

Ilustração da Capa
Morgado de Santa Bárbara

Coordenação Editorial
Flavia Garcia Rosa

Smith, Robert C.
Arquitetura colonial baiana : alguns aspectos de sua história / Robert C. Smith. - Salvador : EDUFBA, 2010.
70 p. : il.

ISBN 978-85-232-0701-4

1. Arquitetura colonial - Bahia - História. I Título.

CDD - 724.1098142

Editora filiada à:

CBaL
Câmara Bahiana do Livro

Sumário

Índices das Ilustrações

PREFÁCIO

RECONHECENÇA

A REEDIÇÃO deste texto de Robert C. Smith, *Arquitetura Colonial Bahiana: alguns aspectos da sua história*; (Salvador, Secretaria da Educação e Cultura, 1951, Publicação do Museu do Estado nº 14), pela EDUFBA na *Coleção Nordestina*, vale como reconhecimento, pelos leitores e estudiosos atuais, de um trabalho se não inédito, esgotado, e como um tributo ao seu autor, um dos pioneiros das pesquisas sobre os objetos culturais das nossas artes, tais como um Mário de Andrade, Godofredo Filho, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Germain Bazin, dentre outros.

Como vemos, José Valadares (1917-1959), ainda diretor do Museu do Estado da Bahia, antes do seu trágico falecimento, vai publicar este texto de Robert C. Smith, com quem travou conhecimento já nos Estados Unidos da América.

Aqui temos para leitura os primeiros apontamentos de Robert C. Smith sobre edificações coloniais da Bahia, com a remissão para os documentos que foram utilizados em suas investigações preliminares, o que nos desvenda a sua metodologia.

Mais adiante Robert C. Smith, por solicitação do Governo Municipal da cidade do Salvador, irá ampliar o seu texto, agora escrevendo um pequeno ensaio intitulado *Arquitetura Colonial* publicando-o pela Livraria Progresso Editora, em 1955, com apresentação de José Valadares, na qual destaca o mestre baiano, que "poucos estrangeiros de nosso tempo terão se dedicado com tanta abnegação, simpatia, competência e produtividade a assuntos de nosso país."[1]

Robert C. Smith (1912-1975), norte-americano, historiador, pesquisador e docente da School of Fine Arts da Universidade da Pensilvânia, formado na Universidade de Harvard (dissertação em 1936), tornou-se um doutor e um conhecedor das artes portuguesas e brasileiras. É preciso salientar que Robert C. Smith publicou textos não só sobre as nossas artes, mas também da arte lusitana, documentando o seu patrimônio e, principalmente, pesquisando em "fontes primárias" desconhecidas, como um dos desbravadores dos arquivos de cá e de lá.

O professor José Carlos Gonçalves Peixoto, quando garoto, conheceu-o em Braga, Portugal, e nos conta via internet: "um dia quando brincava junto ao Mosteiro de Tibães, abordou-me no sentido de o acompanhar para carregar sua pesada máquina fotográfica (com um grande fole e um pesado tripé). Durante vários dias, nas férias acompanhei aquela figura simples, alta e magra".

Visitante do Brasil e da Bahia e de Portugal, nos velhos tempos, quando a cultura era necessária e não um jogo de aparências, o Robert C. Smith (detentor da Ordem do Cruzeiro do Sul) contou com o apoio do governo federal (IPHAN), da Prefeitura Municipal de Salvador, da Universidade Federal da Bahia e da Fundação Calouste Galbenkian, para financiar suas estadias e investigações, fato este que nos permite, hoje, escrever este texto e à EDUFBA relançar um livro seu, bastante raro, como voltamos a dizer.

---

[1] Houve também uma edição deste texto de Robert C. Smith, publicada no *História das Artes na Cidade do Salvador* por sua Prefeitura Municipal, em 1967, junto com os de outros autores. Recomendamos ao leitor o livro *Arte Brasileira* (1943-1953), de autoria de José Valadares, publicado pelo Centro de Estudos Baianos da UFBA, uma bibliografia comentada de vários autores, onde há um verbete sobre Robert C. Smith.

E foi em Portugal, onde a cultura é levada a sério, de verdade, que a Fundação Calouste Galbenkian honrou Robert C. Smith promovendo uma grande mostra sobre sua obra e publicando *A investigação na história da arte: catálogo da exposição* em 2001,

Hoje, coube a mim fazer esta apresentação, com imensa alegria, e penso em José Valadares, que conheci, um dos mestres das artes modernas na Bahia, docente de Estética e História da Arte na UFBA, autor de vários livros e diretor do Museu de Arte da Bahia por vários anos.

Salvador, 14 de julho de 2010

Fernando da Rocha Peres
Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia - UFBA

INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico Colonial Português, de Lisboa, assim como o *Archivo de Indias* de Sevilha, possui riquíssimas coleções de desenhos de edifícios americanos do período colonial. Acompanhados em muitos casos dos seus respectivos ofícios, representam, na maior parte, os esforços das comunidades brasileiras, eclesiásticas como civis, para alcançarem a aprovação régia de fundações novas, e angariarem os frutos da real generosidade para seu uso. Compõem-se de várias categorias[1] - obras militares, como fortalezas e quartéis: casas da alfândega e casas da câmara: capelas, igrejas e hospícios. Em alguns casos, aliás bem raros, conservam-se riscos de casas de residência. Foram executados, mormente em consequência de embargos de construção, quando seus donos, ameaçados, desejando ter recurso à suprema autoridade, dirigiram-se ao próprio Conselho Ultramarino de Portugal. Os documentos anexos, com seus largos relatórios sobre obras públicas e de caridade, merecem a atenção de todos os estudiosos da história da arquitetura colonial. Revelam não somente as origens de muitos monumentos, existentes ou perdidos, que se destacam no desenvolvimento

dessa arte no Brasil, mas oferecem preciosas elucidações a respeito das modificações que esses edifícios sofreram, principalmente no século XVIII. Assim se conhece a verdadeira autoria da cadeia de Ouro Preto, o mais ambicioso palácio de todas as capitanias do sul. Descobrem-se valiosos subsídios para a história da construção das Águas da Carioca do Rio de Janeiro, arcaria grandiosa que se deriva diretamente dos aquedutos de Évora, Coimbra e Lisboa. Encontram-se também no Arquivo Histórico Colonial grandes acervos de dados sobre a atividade dos engenheiros militares portugueses, cujo papel complicado e do mais alto valor da formação da escola colonial, ainda não se pode devidamente avaliar, por ser tão pouco estudado. Ao lado destes oficiais de infantaria trabalhava, como auxílio indispensável, pequeno exército de mestres pedreiros e carpinteiros, cujas personalidades em vários casos se distinguem através dos documentos do Arquivo. A leitura, enfim, de certos ofícios estabelece elementos importantes para a análise dos preços e das práticas de construção, revelando em grande parte o vocabulário arquitetônico da época colonial.

Neste múltiplo aspecto, os desenhos e documentos do Arquivo Histórico Colonial, com aqueles dos arquivos públicos brasileiros, constituem indiscutivelmente a maior fonte para o estudo da arquitetura colonial, fora dos livros, muitas vezes incompletos e insatisfatórios, das irmandades e confrarias religiosas. Na ocasião do quarto centenário da fundação da cidade do Salvador, primeira capital do Brasil, convém chamar atenção, embora de forma modesta e incompleta, para o material especificamente baiano que, entre as suas variadíssimas riquezas, a coleção abrange.

Seis peças de grande importância para a história da arquitetura colonial baiana são examinadas. Cada uma vem acompanhada dos principais documentos que lhe dizem respeito, citados integralmente, e de um breve comentário histórico e artístico baseado nos mesmos documentos, e escrito com relação aos monumentos contemporâneos existentes na Bahia.

CAPÍTULO I: ALFÂNDEGA DA BAHIA

MODELO DA OBRA QUE SE HÁ DE FAZER NA ALFÂNDEGA DA BAHIA

[PLANTA .280m x .330m; ELEVACÃO .260m x .320m; COLORIDAS]

A ARQUITETURA da antiga capital do Brasil acha-se dignamente representada no Arquivo Colonial Português. Abundam os riscos de várias fortificações e obras militares com relatórios dos engenheiros da praça da Bahia. Certos desenhos foram descritos no catálogo geral dos mapas e plantas da coleção, publicado em 1908 por Eduardo de Castro e Almeida.[2] Outros, contudo, incluído entre os papéis avulsos, parecem ter escapado à atenção do ilustre arquivista.

Indiscutivelmente os mais antigos e importantes de todo o grupo, são os dois desenhos mostrando uma construção, que lembra nas suas linhas gerais uma Casa da Câmara baiana, do tipo de que ainda se conservam exemplos na zona do Recôncavo. (Figuras 1 e 2) O assunto dos desenhos é perfeitamente claro, pois a planta do andar térreo[3] leva a inscrição “Modelo da Obra que se há de fazer na Alfândega da Bahya”, uma das salas sendo designada “caza dall fãdega”. A ortografia antiga dessa denominação, assim como a do contíguo “allamaze das armas” indica a probabilidade quase certa dos desenhos serem obra do século XVII.

Torna ainda mais evidente a atribuição a esta época, um documento arquivado no mesmo maço de papéis. É uma carta na qual o Provedor da Real Fazenda, Pero de Gouveia de Melo, explica a Sua Majestade D. Felipe III a recusa dos oficiais da Câmara da Bahia de concorrerem nas despesas da construção "das Obras das Casas da Alfândega, contos e almazem". O documento, que foi escrito em Salvador a 6 de agosto de 1618, menciona uma carta da Câmara a El-Rei dando explicação da recusa por motivo das obras da Sé, "eu por ser obra sumptuosa não excusa todo o que a dita imposição Rende". Segundo a carta do Provedor a catedral estava "meia derrubada e na outra a metade se não entretanto celebrando os officios deuinos". Ao mesmo tempo, porém, a carta não fecha absolutamente a porta à possibilidade de uma futura ajuda, porque termina com as palavras "assim em q. durar a dita obra não há que tratar da dita imposição". Através de uma comunicação dirigida a D. Pedro II em 19 de abril de 1680 sabemos que entre outras despesas o povo da Bahia ainda estava contribuindo para a construção da catedral.[4]

Não é possível averiguar a origem do interessantíssimo desenho com sua respectiva planta. Os próprios riscos não fornecem explicação alguma do problema. Será o "modelo" um risco mandado da metrópole para a Bahia, ou será um desenho feito na capital da América Portuguesa por algum engenheiro? Será talvez obras do próprio Nicolau de Frias,[5] autor das fortificações do Maranhão em 1614, que delineou um esquema para a fachada de um seminário durante o governo de D. Luiz de Souza, segundo Conde do Prado, entre 1618 e 1620? A publicação deste desenho e do texto do manuscrito de que ele faz parte, prometida pelo Itamarati tornará possível a comparação do "modelo da obra da alfândega" com o desenho do seminário da Bahia. O fato de quase todos os desenhos documentados de edifícios coloniais brasileiros encontrados no Arquivo Histórico Colonial Português serem feitos na América indica a probabilidade da elevação e planta da Alfândega pertencerem também à esta categoria.

Representa o "modelo" um edifício de dois andares com aproximadamente as seguintes dimensões: 48.36m. de comprimento;
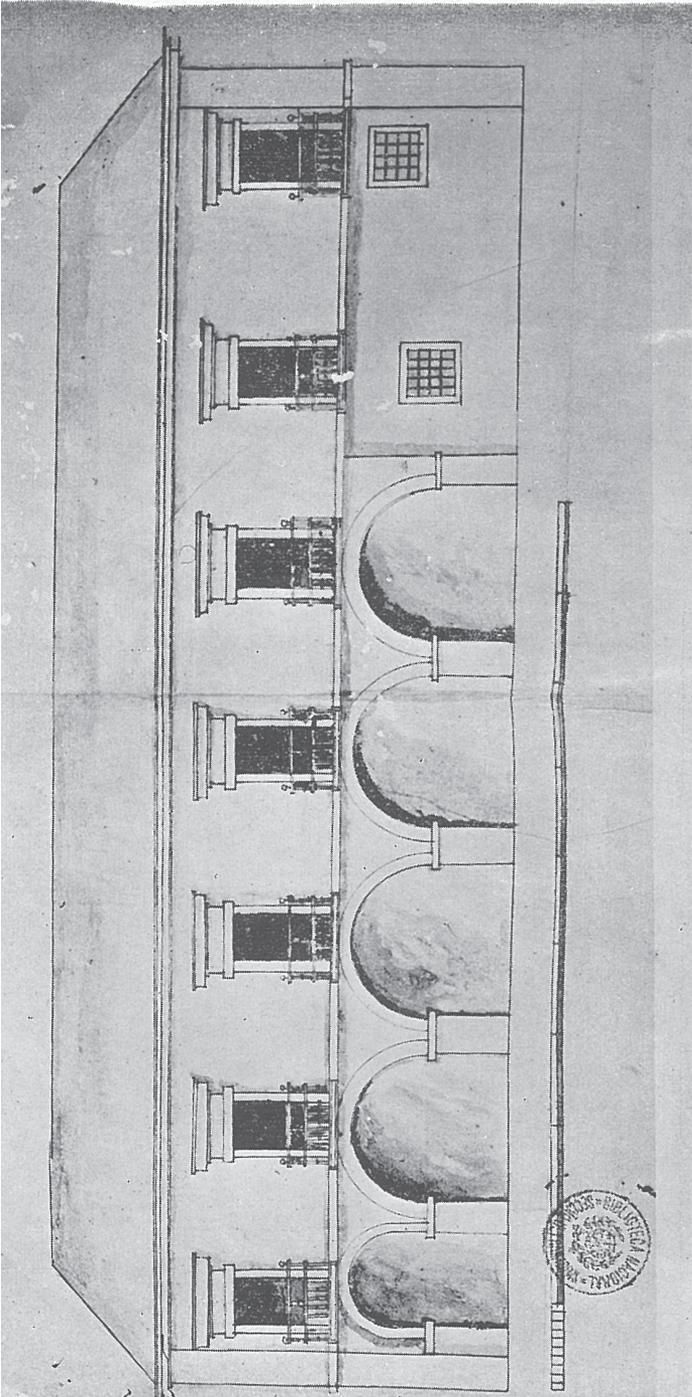
Figura 1 - Lisboa. Arquivo Histórico Colonial Português. Planta da Alfândega da Bahia.
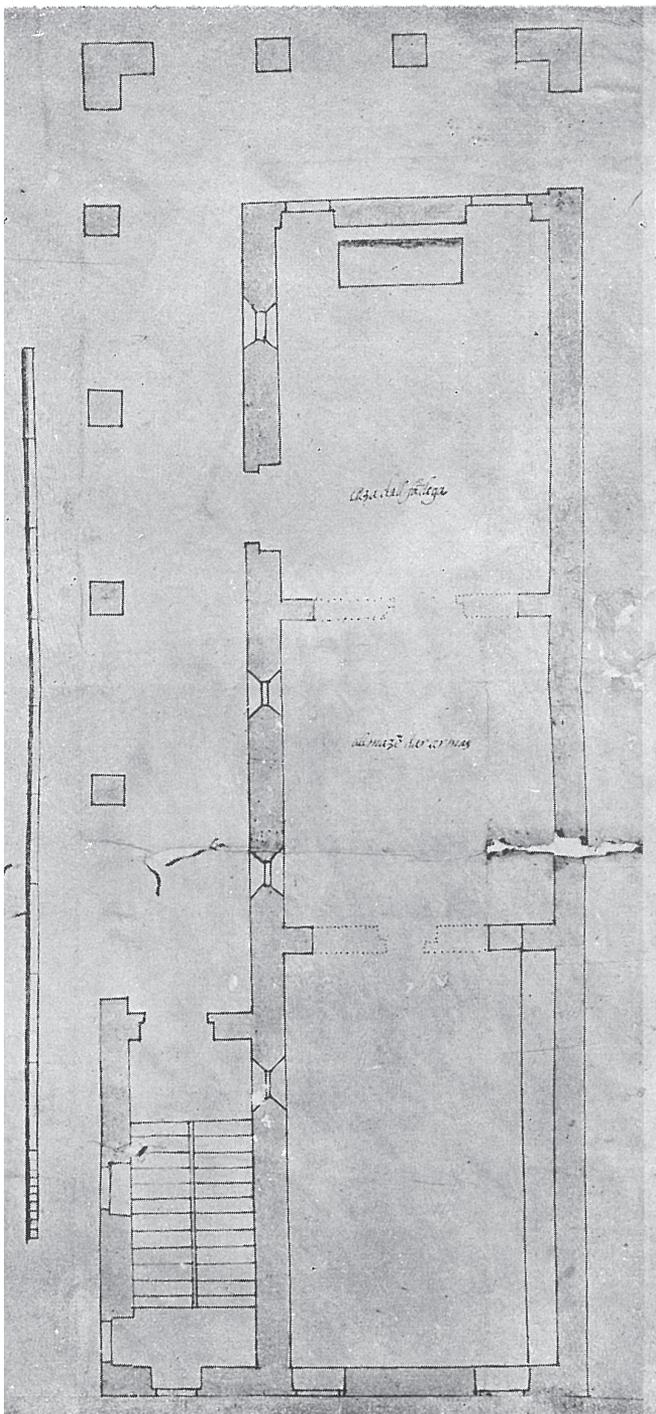
Figura 2 - Lisboa. Arquivo Histórico Colonial Português. Planta da Alfândega da Bahia.

17.68m de largura e 15.125m de altura. Tem paredes exteriores de 1.075m; numa face lateral e em três quartos da fachada principal, corre uma longa galeria de 8 arcos, tendo cada um 5.375m de largura por 5.795m de altura, com a exceção do arco angular de frente, que mede somente 3.87m de largura. A única porta do edifício dá acesso à Sala da Alfândega, 13.975m por 9.575m, onde o lugar da balança parece ser indicado por uma secção quadrada entre as duas janelas do lado. A denominação "Almaze das Armas" aplicada à divisão contígua, de dimensões menores (10.75m por 9.675m) sugere que a Casa do Trem ia ser instalada dentro do mesmo prédio, apesar da carta do Provedor-mor não falar nesta particularidade. Não se pode identificar o destino da última sala do rés-do-chão, a maior das três (15.05m por 9.675), talvez um outro armazém. A fachada posterior da casa da Alfândega fica completamente sem janelas. Num aposento ao lado da arcaria da frente, figura dupla escadaria de 12 degraus, iluminada por duas janelas quadradas, com grades de ferro. Na parte superior ia funcionar a Casa dos Contos, cujas 7 janelas de nobre proporções constituem elementos grandes demais para a modesta altura do edifício. Esses vãos interessantemente delineados no desenho da fachada dão à construção um caráter eminentemente seiscentista. Suas molduras retangulares com grandes e simples cornijas, suas sacadas de balaustres de ferro, representam a janela típica portuguesa do século XVII transportada ao Brasil. Sobrevive na Bahia durante todo o século, como nos vãos superiores da nave da igreja do convento de N. S. do Carmo de Salvador, onde são quase idênticas às do risco da obra da Alfândega. Figuram também nas impressionantes fachadas do antigo palácio dos arcebispos da Bahia, monumento do Arcebispo D. Sebastião Monteiro de Vide (1701-22), que data do começo do século.

As construções civis da cidade do Salvador, erigidas nas décadas seguintes a 1618 desapareceram, como o palácio dos governadores, ou têm sido completamente modificadas, como sucedeu com o edifício que foi do Senado da Câmara, onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal. Existe, porém, fora da capital, um raro exemplo
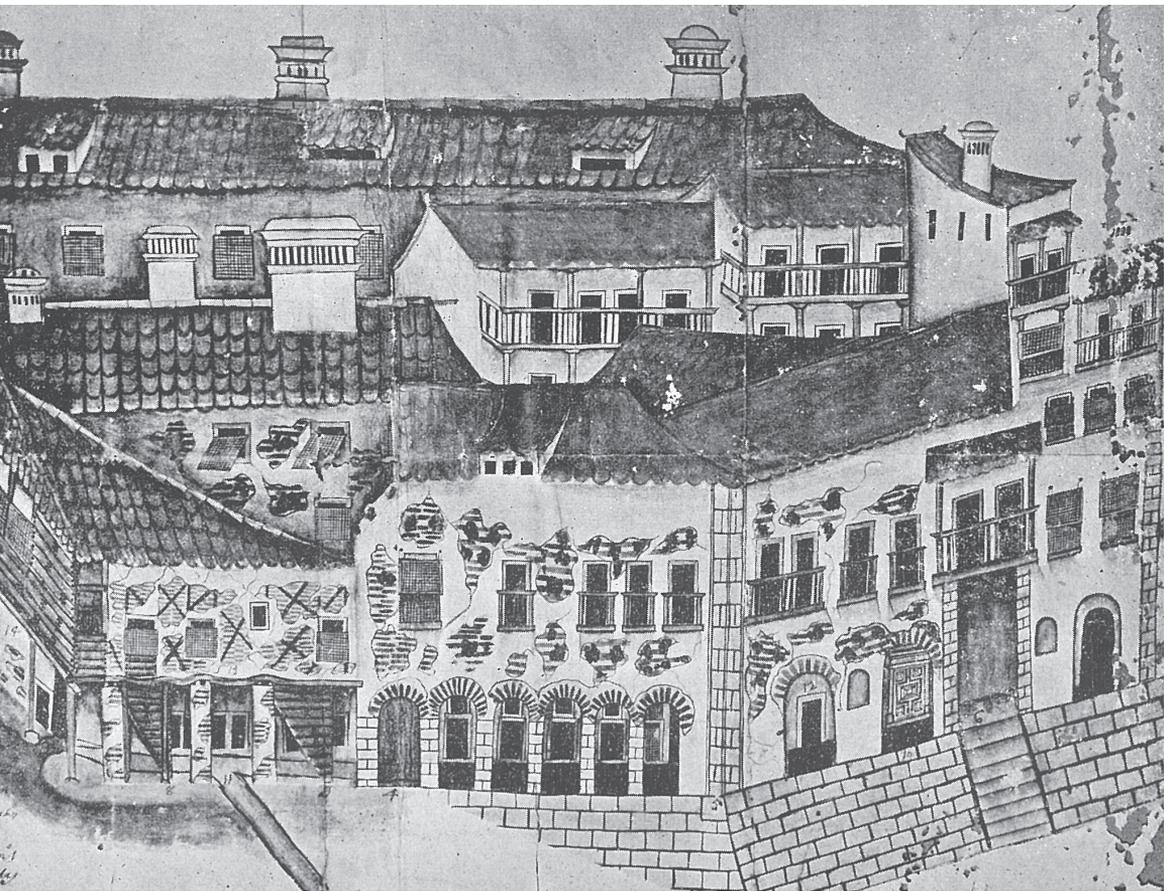
Figura 3 - Salvador Museu do Estado. Morgado de Santa Bárbara.

do estilo, na velha Casa da Câmara da cidade de Cachoeira, completada cerca de 1715.[6] Revelam a sua planta e fachada a mais direta semelhança com as da projetada Alfândega da Bahia. Observa-se a mesma arcada, cujos arcos se descarregam sobre os mesmos fortes pilares da fachada. Somente há 4 vãos em vez de 5. Essa diferença de proporção nota-se também no número reduzido de janelas, 6 em vez de 7, e na ausência das cornijas na Casa da Câmara de Cachoeira, onde faltam as belas sacadas do risco. Foram evidentemente substituídas pelos atuais balcões no século XIX, ou mais modernamente, as varandas originais tendo sido provavelmente de pau, como existem ainda algumas nessa cidade. A escadaria da Casa da Câmara ocupa o mesmo lugar à extremidade da fachada, sem, porém, ter, pelo menos agora, os mesmos vãos que dão luz à do risco. A Casa da Câmara de Maragogipe[7] cujas linhas lhe reservam um lugar na mesma categoria de construções, mostra-se menos parecida, tendo a sua arcada posta no centro da fachada, e a sua escadaria no meio do edifício. O motivo da arcaria foi largamente empregada nas fachadas da Cidade Baixa de Salvador, como testemunham os vários panoramas da capital executadas no século XVIII. Um pormenor destes prédios, provavelmente representando casas seiscentistas, vê-se na aquarela do Morgado de Sta. Bárbara, no Museu do Estado da Bahia.[8] (Figura 3) Foi também um característico da primitiva ribeira de Lisboa. Dessas arcadas contínuas ainda se conservam vestígios no Porto Velho de Ponta Delgada e nas casas de Miragaia no Porto.

A Alfândega da Bahia, que começou a funcionar logo depois da fundação da cidade,[9] achou-se na Cidade Alta durante todo o século XVII.[10] Ainda que seja impossível identificar exatamente o seu sítio primitivo, indica-se a zona da antiga Praça dos Governadores. Era pouco conveniente pelo seu tamanho e situação, "pelo mao citio em que se acha a que hoje há a discommmodo que tem os donos das fazendas em lhe ficarem pela praça, exposta à inclemência do tempo, por ser tão pequena esta casa que só servia no princípio desta conquista em que hiao poucos navios..." com estas palavras, autorizou D. Pedro II em 1694 a construção de uma nova Casa da Alfândega na Ribeira da Bahia,

no lugar perto da Igreja do Corpo Santo, onde figura nas vistas de Caldas e de Vilhena. Em 1699 estava ainda em construção. Reformada pelo governador Conde das Gálveas em 1746, passou a sofrer uma transformação total sob o Império.[11]

No ano de 1696 pediu o soberano que o Governador D. João de Lencastro lhe remetesse a planta da obra da nova Alfândega que se fazia. Infelizmente até agora não se encontrou este risco no Arquivo Histórico Colonial Português, pelo que a forma do edifício ordenado em 1694 não é conhecida. Será, talvez, que o "modelo" da Alfândega representa este prédio, e não um projeto bem anterior, de 1618? O desenho não tem data e a única ligação com essa época é a carta do Provedor-mór. A extraordinária semelhança do desenho com o edifício de aproximadamente 1715, em Cachoeira, favorece esta interpretação. Na ausência de documentação mais sólida, porém, a questão da data do desenho e sua respectiva planta não pode ser resolvida.

O "Modelo da obra, que se há de fazer na Alfândega da Bahia", raríssima relíquia da administração baiana do século XVII, torna-se ainda mais preciosa pelas ligações que possui com um monumento existente no Recôncavo, e pelas características gerais da arquitetura seiscentista luso-brasileira, que abundantemente revela.

DOCUMENTO

A El Rey nosso sn.or no Cons.o de sua faz.a Lx.a a 2 uias. Do Pued.or mor da faz.da do dito Estado do Brasil

Com os officiaes da camara desta cidade tratej o neg.co das Obras das Casas da Alfandega contos e Almazem e lhe ppus a necessidade que dellas há (e elles a unem) e o quanto V.M.de lhe agradecia o uirem em se fazerem à Custa da imposição porpondo lhe para isso muitas rezões, e não quisserão uir nisso dandome por Resposta que já acerca disso tinhão escrito a V.M.de em reposta do que sobre o mesmo neg.co lhe

escreverão e se descarregão com as obras da See que S.Maj. faz do mesmo rendim.[to] que por ser obra sumptuosa não excusa todo o que a dita imposição Rende, nem se pode nella sobrestar por que está meia derubada, e na outra a metade se não entretanto selebrando os offícios deuinos, e assim em q. durar a dita obra não há que tratar da dita imposição. Ds. g.[de] a catholica pessoa de V.M.[de] Escrita na Bahia 6 de Agosto 618. Pero de Gouvêa de Mello.
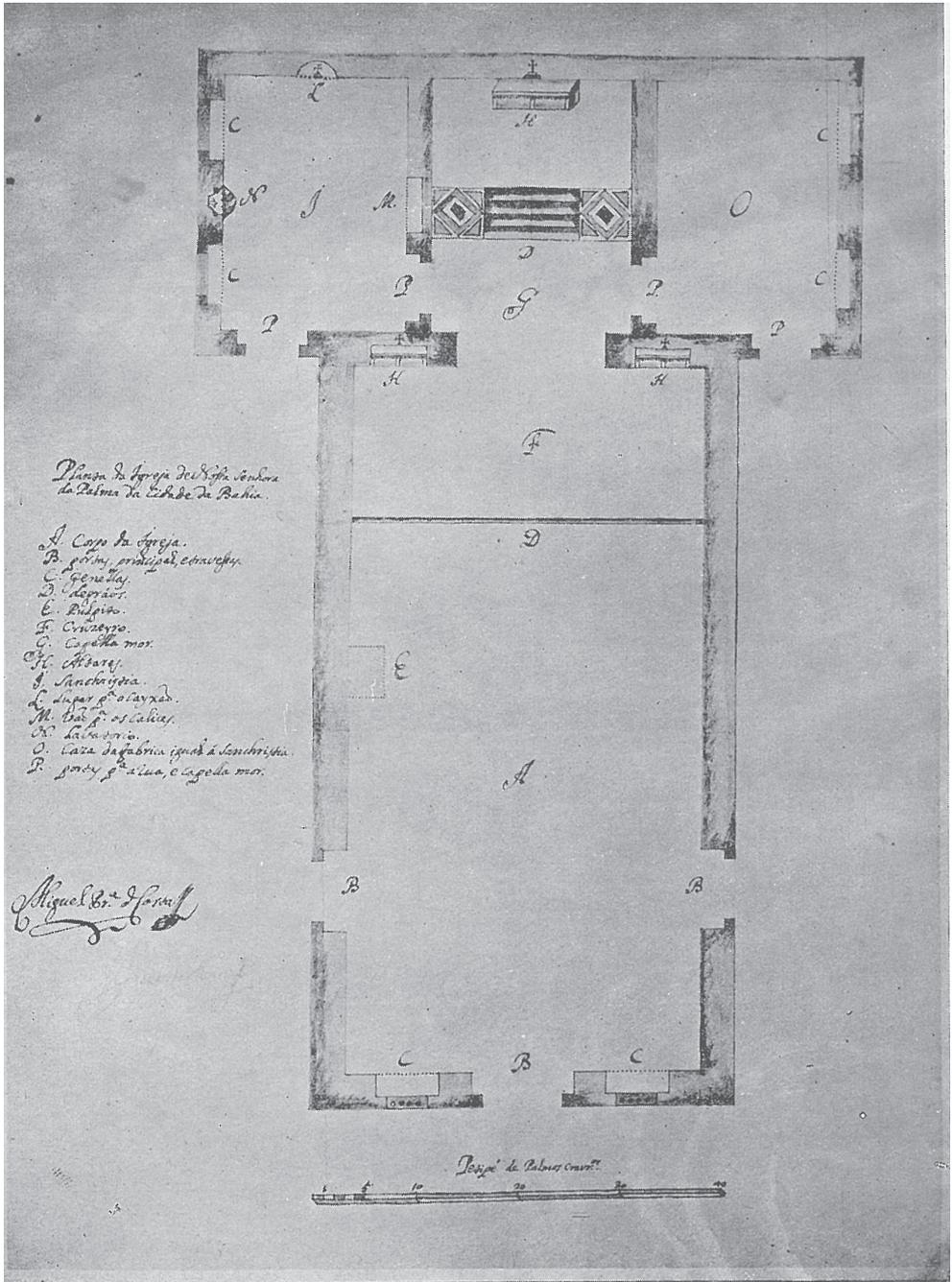
Figura 4 - Lisboa. Arquivo Histórico Colonial Português. Planta da Igreja de N. S. da Palma.

CAPÍTULO II: IGREJA DA PALMA

PLANTA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PALMA DA CIDADE DA BAHIA

[COLORIDA: .26m x .332m]

Aos 14 de setembro de 1711, em cumprimento a uma ordem do governador D. Lourenço de Alamada,[12] foram o Capitão-mór da vila do Porto Seguro, Gonçalo de Antas Pereira, com o Ouvidor e os oficiais do Senado da Câmara à povoação da Sta. Cruz, distante 4 léguas de Porto Seguro, fazer vistoria na igreja paroquial, sobre cuja ruína os moradores tinham-se queixado no reinado de D.Pedro II. Verificaram que o templo caíra totalmente havia dois ou três anos "ser a Igreja feita e fabricada de terra sem resistência ao tempo."[13] Encontraram as santas imagens instaladas provisoriamente em uma casa particular, onde se celebravam os santos ofícios. Informando-se a respeito das esmolas que os habitantes de Sta. Cruz podiam juntar para a reedificação do seu templo, obtiveram a informação que se obrigariam "a dar cem moyos de cal, e as madeyras, juntam.te de q. carecer a obra q. S. Mag.de for seruido mandar fazer." Não se podia dizer o preço da obra necessária, porque não havia pedreiro na vila do Porto Seguro para calcular a despesa. Averiguaram, porém, que os moradores de Sta. Cruz queriam uma capela «semelhante e correspondente à Igreja da Palma da Cid.e

da B.ª pella pequenhès da dita Pouoaçam não necessitar de mayor Igreja." No mesmo dia, ainda em Sta. Cruz, assinaram um termo, recomendando que na Bahia o Governador, sendo servido, mandasse fazer a avaliação da igreja de N. S. da Palma.

Consequentemente, o Tenente General Engenheiro Miguel Pereira da Costa,[14] auxiliado pelo Capitão Engenheiro Gaspar de Abreu,[15] recém-chega à praça da Bahia, tiraram, sob ordem do Governador, a planta da igreja de N. S. da Palma. Na execução desta tarefa, desempenhavam as funções de arquiteto civil, de que tantos casos se registraram nessa época no Brasil. Fizeram precisamente o que João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso iam fazer no Aljube de Olinda em 1729,[16] e o mesmo que Nicolau de Abreu e Carvalho e Manuel Cardoso de Saldanha farão mais tarde na Bahia em torno da nova fundação do convento de N. S. da Lapa.[17] Traçando plantas, delineando prospectos e dirigindo obras civis, foram os engenheiros militares os principais arquitetos profissionais da América Portuguesa nesse período do século XVIII.

Chamou Miguel Pereira da Costa aos mestres pedreiros e carpinteiros da cidade do Salvador, ordenando-lhes que avaliassem a construção do velho templo baiano. Eles depois passaram duas certidões, datadas de 18 e 24 de maio de 1712. Conservadas no arquivo português, revelam a identidade dos ofícios mecânicos, que as firmaram, assim como alguns dos preços aí nessa época correntes. Os mestres carpinteiros, juízes do ofício neste ano, Antonio da Silva Reis e Baltazar Coelho Barros, que também entendiam de ferragens, estabeleceram um preço total de 416$000 réis. Mais minuciosa foi a certidão dos mestres pedreiros João Antonio dos Reis e Manuel Antunes Lima, ambos juízes do ofício de Pedreiro, e Manuel Gomes da Silva, escrivão do mesmo ofício. Falam em braças de alvenaria a 7$000 réis. O fato de que o preço se manteve com pouca diferença por mais de uma década indica a declaração do mesmo pedreiro Manuel Antunes Lima, mestre das obras da fonte de Gravatá na Bahia, em 1724, que calculou "cada braça de alvenaria a sette mil e quinhentos."[19] Valia em 1712, segundo a certidão dos mestres pedreiros, a braça de reboque guarnecido 1$500 réis. Cada

braça de ladrilho e telhada valiam nesse ano 3$500 e 2$500 réis. Avaliaram a cantaria de N. S. da Palma em 600$000 réis, e orçaram «hu alpendre q. se há de fazer na porta principal em trinta mil rs.» A referência a este pórtico rústico, destinado provavelmente à igreja de Sta. Cruz, também elemento tão característico das igrejas e conventos do Brasil e Portugal no século XVII, reveste-se do maior interesse.[20]

Poucos dias depois, o Governador Pedro de Vasconcelos[21] comunicou a D. João V os resultados da vistoria e das certidões, enviando a Sua Majestade, ao mesmo tempo, a planta que mandara fazer. Calculou a importância da igreja nova de Sta. Cruz do Porto Seguro em 9.500 cruzados, prometendo que, com o abatimento da cal e madeira que os moradores já se encarregaram de prover, se El-Rei desse 6.000 cruzados, ficaria em três anos "a dita Igreja acabada na sua última perfeição". o Procurador da Fazenda Real, numa rara exibição de generosidade oficial, aconselhou que, dada a extrema pobreza do povo de Sta. Cruz, sua obrigação fosse deferida. E assim pareceu ao Conselho Ultramarino na sua sessão de 16 de novembro de 1712.

Não se sabe precisamente quando a igreja foi edificada. É provável que as obras tenham começado logo após a declaração do Conselho, e seguiram com as demoras comuns no período colonial. Muitos anos depois, em abri de 1773, o Ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, fundador das povoações de Vila Viçosa, Alcobaça, Belmonte e Prado, mencionou num seu ofício a reedificação do frontispício deste templo de Sta. Cruz.[22]

A planta que o Governador Pedro de Vasconcelos mandou à Corte encontra-se no grupo de documentos aqui citados. Intitula-se "Planta da Igreja de Nossa Senhor da Palma da Cidade da Bahia" e leva a firma dos dois engenheiros, a de Miguel Pereira da Costa escrita com tinta e a de Gaspar de Abreu a lápis. (Figura 4)

Traz o desenho muitos pormenores relativos à construção e serviços do edifício. De pequenas dimensões, aproximadamente 20.426m por 8.6m, formando sua planta a letra T, representa o desenho o antigo templo fundado em 1630[23] segundo uma lápide da pró-

pria igreja, e não o atual, sendo esta uma ampliação da segunda metade do século XVIII. Faltam na planta a torre lateral, que parece ser parte da obra antiga, assim como os corredores laterais que a igreja existente ostenta. Possui, aliás, uma única porta na fachada, como na maioria das igrejas do século XVII, duas travessas da nave e outras duas que vão das sacristias para o exterior. Também o tratamento que receberam os espaços aos dois lados dos degraus do altar-mor condiz perfeitamente com a prática daquela época. Almofadas de pedra colocadas diagonalmente formam os losangos tão empregados nesse período. O enfeite, tão cuidadosamente traçado na planta da Palma, provavelmente ia ser incorporado ao adorno da nova igrejinha de Sta Cruz. Na "Sacristia" principal da planta (I) três escavações da parede são denominadas da seguinte maneira: (N) "Lavatório"; (L) "lugar p.o caixão", isto é o arcaz ou cômoda. A presença da cruzinha no diagrama indica a probabilidade de um altar ter sido armado entre os dois corpos do caixão, disposição que ainda se conserva em muitas sacristias colônias. Finalmente a letra M ("vão p. cálice") levanta a hipótese de um armário embutido. Nas janelas da fachada veem-se grades de ferro ou de madeira indicadas na planta. Assim o risco da antiga igreja de N. S. da Palma evoca com bastantes pormenores o tipo de construção religiosa que predominou na Bahia no século XVII e no começo do século XVIII, e de que se conservam importantes restos nas capelas de N. S. de Monserrate, N. S. dos Perdões, Sto. Antonio da Mouraria e S. Miguel.[24]

DOCUMENTOS

Snór.

Requerendo a V. Mag.de os moradores da Pouoação da Santa Cruz termo da Villa de Porto Seguro hau ajuda de custo para a reedificação de sua Igreja Matriz, por se achar de todo arruinada, ordenou V.

Mag.[e] por carta de 5 de Nouembro de 710 ao Gouernador e Capitão geral do Estado do Brasil Dom Lourenço de Almada que informasse com seu parecer do estado em que se achaua esta Igreja e o com que poderão concorrer os fregueses para esta obra pera conforme a isso se tomar a rezolução que for conueniente sobre o dito requerimento. Ao que responde o gouernador Pedro de Vasconcellos em carta de 10 de Junho deste prezente anno que pello termo da vestoria que por ordem daquelle gouerno fizerão o Capitam mor da Capitania de Porto Seguro o ouuidor e officiaes da camara della que com esta se remete as reaes mãos de V. Mag.[de] constaua que da Igreja que aly hauia só existia o lugar donde estiuera, por se fabricada de barro, e o que prometião aquelles moradores para a que nouamente se ha de erigir e que pella planta, que mandara fazer, certidão do Enginheyro, e dos Juizes do officio de Pedreyro e Carpinteyro, importaria a dita Igreja noue mil e quinhentos cruzados, mas fazendosse abatimento da cal e madeira, que prometem aquelles moradores, os quaes lhe consta que sam muito pobres, e lhe parece, que sendo V. Mag.[de] seruido mandar dar seis mil cruzados, em tres annos ficara a dita Igreja acabada na sua ultima perfeicam.

De que dando se uista ao Procurador da fazenda respondeo que com os dizemos que V. Mag.[de] cobra lhe faça obrigação, principalmente sendo tão pobres os fregueses, e concorrendo elles com o que podem, e asim lhe parecia se lhes deuia defferir como apontaua o Gouernador.

Ao conselho parece o mesmo que ao Prouedor da fazenda. Lx.a 16 de Nouembro de 1712.

Aos quartoze dias do mês de Setembro do anno de mil e settecentos e onze, em uirtude e comprimento da Ordem do Gouernador e Capp.[am] Geral do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, nacida de outra que tiuera de S. Mag.[de] que Deus g.[de], forão o Capp.[am] Mayor desta Villa de Porto Seguro Gonçallo de Antas Pr.[a], o Ouuidor o Capp.[am] Francisco de Lyra, e o Senado da Camara della, a Pouoação de S. Cruz, termo e

districto da dita Villa, e ahy incorporadam.te se informarão do estado em q. se achaua a Igreja feita e fabricada de terra sem resistencia ao tempo, donde nace acharse som.te o lugar donde fora leuantada, e nestes termos foi conueniente, e precizo tormarse hua caza particular p.a nella se recolherem as sagradas Imagens de Xr.o nosso Saluador, as de Sua May Santisss.a, e mais sanctos, por não hauer nas vezinhaanças da dita Pouação cutra Igreja, e ficar a Villa de Porto Segr.o distante quatro legoas, e ainda hoje está o R.o Parocho celebrando na sobredita caza o ineffauel Sancto Sacrefficio da Missa, e administrando os sacramentos todos, por nam faltar com o pasto espitual as Almas dos seus freguezes; e informandosse alem disto, da esmola com q. poderia entrar, o concorrer os Moradores, todos prometterão, e de facto se obrigarão a dar cem moyos de cal, e as madeyras, juntam.te de q. carecer a obra q. S. Mag.de for seruido mandar fazer, e q. a maiz se não entendião na obrigação e promessa pella sua notoria e manifesta probreza. E som.te se não pode determinar q. poderia custar a obra da Igreja por não hauer na dita Villa Official de pedreiro; mas todos concordarão que bastaria, sendo semelhante e correspondente a Igreja da Palma da Cid.e da B.a pella pequenhês da dita Pouoaçam não necessitar de mayor Igreja, cuja aualiação poderá mandar fazer (sendo seruido) o sobredito Gouernador e Capp.am geral pos Pessoas Praticas no officio, p.a com individuação e clareza se poder informar a S. Mag.de q. Deus g.de e feito tudo finalm.te, segundo a pratica da ordem aprezentada, logo o sobredito Capp.am Mayor, Ouvidor e Cameristas, sendo testemunhas occulares de tudo o refferido neste termo, o mandarão fazer e assignarão em Santa Cruz aos 14 de setembro de 711.

Ex.mo Sr.

Por portaria de 14 de Março do Prez.te anno me ordenou V.Ex.a q. com o Capitão Engenhr.o Gaspar de Abreu fizesse a planta de huã Igreja em tudo semelhante à de Nossa Senhora da Palma dessa cidade: e o q. poderia fazer de custo em toda a obra de pedreiro, e feitio

de madeiram [to], athe se por a d[a] Igreja em sua ultima perfeição p[a] V. Ex[a] informar a S. Mag.[de] q. Ds. G.[de], sobre o requerim.[to] dos moradores da Pouoação de Santa Cruz da Capitania do Porto Seguro.

Em observa.[a] da d[a] portaria levei em minha comp.[a] a Igreja de Nossa Senhora da Palma o d.[o] Cap.[am] Engenhr.[o] p[a] effeito de tirar a planta e os juízes dos offícios de pedreiro, e carpinteiro, aquelles p[a] verem, e aualiarem toda a obra pertencente a pedra, a cal e esses p.[a] aualiarem o feitio do mandeiram.[to] da dita Igreja; e pello orçam[to] q. fiz, seg.[do] os pressos q. de suas certidões consta, importará a d.[a] Igreja nove mil e quinhentos cruzados acabada de toda a obra de alluanaria, ladrilho, reboque, cantaria, e telhado, pondo o pedreiro todos os materiaes, entrando o feitio do madeiram.[to], os d.[os] presos são os por q. se fazem nessa Cid.[e] semelh[tes] obras no sitio em que está a Igreja de Nossa Senhora da Palma, a hunlado do alto da Cid.[e] q he muita distancia da praya, e por essa cauza sem mayor presso as d[as] obras, a respeito da condução dos materiaes, q. transportarão por mar hé a praya e como não sei se na nova Igraje haverá tão larga condução, não se pode formar discurço rigurozam[te] verdadr.[o] sobre a importância de sua despeza, porém não será grd.[e] o excesso ou diminuição, porq. se houver diferença p.[a] menos em hum dos materiaes, havelahá p.[a] mais em outro, e assim poderá importar a d[a] Igreja aquella qantia posta em sua ultima perfeição: he o q. posso informar a V. Ex.a q. mandará o q. for servido. B.a e Mayo 26 de 712. Miguel Pr. da Costa; Gaspar de Abreu.

V.E.

Dizemos nos abaixo assignados Antonio da Silua Reis Baltezar Coelho Barros que nos fomos a Igreja de Nossa Senhora da Palma em prezença do tenente general emg.[ro] Miguel Pr.[a] da Costa p.a tomarmos a rol toda a obra que toque ao oficio de carpintr.[o] e ferreiro que achamos valle coatro sentos e dezaseiz mil reiz e declaramos que faz este custo sendo no sitio em que está a dita Igreja de Nossa Senhora da Palma e por assim ser uerdade passamos esta sertidão por nos assignada. B.[a] 18 de maio de 1712. Antonio da Silua Reis; Baltazar Coelho Barros.

V.E.

Dizemos nos abaixo assignados Juizes e Escrivão do officio de pedreiro q. nos fomos a Igreja e N. S. da Palma desta Cid.[e] em qual pello Tenente engenheiro Miguel Per.[a] da Costa nos foi dito dissemos o presso da obra de pedreiro e no mesmo lugar donde está a d.[a] igreja anualuamos a Brassa de aluenaria a sete milrs., e a Brassa de reboque goarnedico a mil e quinhentos rs. e a Brassa de ladrilho a ter mil e quinhentos rs. sendo embocado em cal, e a Brassa de Beira e sobreira a dous mil e seis centos e corenta rs., e orssamos hu alpendre q. se ha de fazer na porta principal em trinta mil rs.; e por nos ser pedida a prezente a passamos por nos reportamos aos ditos pressos. Bahia em 24 de Mayo de 1712 annos. João Antunes do sic Reis; Manoel Antunes Lima; Manoel Gomes da Silva.

CAPÍTULO III: FÁBRICA DE PÓLVORA

"PLANTA PROFIL E CORTE DA CAZA QUE SERVIA DA FÁBRICA DE REFINAR A PÓLVORA"

(COLORIDA: .295m x .41m)

Em seu interessantíssimo livro, **Fortificações da Bahia**,[25] o doutor João da Silva Campos dedica um capítulo à Casa da Pólvora da Bahia. Cita várias alusões de velhos escritores ao lugar onde a pólvora se fabricava, sem localizar definitivamente a casa que a resguardava. É difícil compreender porque o ilustre historiador assim trata o problema, pois no prospecto da cidade da Bahia, que fizeram os engenheiros Manuel Cardoso de Saldanha[26] e José Antonio Caldas[27] o lugar da Casa da Pólvora destaca-se nitidamente. Ficava ao lado do forte de São Pedro, na zona do atual Palácio da Aclamação. A legenda da vista, que data de 1759, informa que é a "caza, onde se **fabricava** a pólvora", porque, como sabemos agora, desde 1730 não se utilizava mais para esses fins a imponente construção.

Em torno à antiga Casa da Pólvora existe importante documentação no Arquivo Histórico Colonial Português. Inclui não menos de três desenhos feitos por diversos engenheiros militares entre 1751 e 1756 com algumas cartas e ordens régias pertinentes.

Sabe-se que a Casa foi concluída em 1705 por D. Rodrigo da Costa, 30º Governador do Brasil.[28] Na sua carta a Sua Majestade D. Pedro
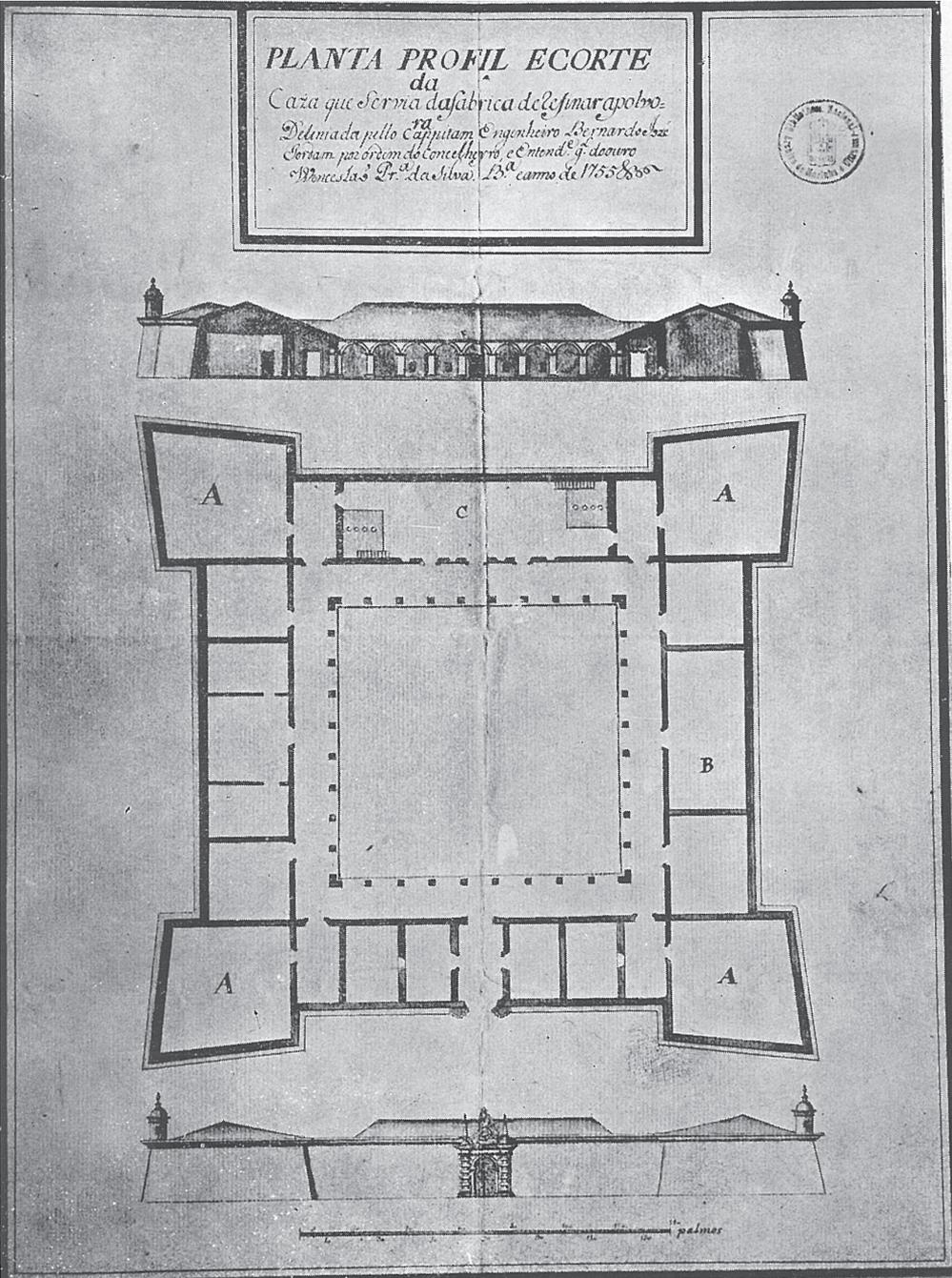
Figura 5 - Lisboa. Arquivo Histórico Português. Casa da Pólvora da Bahia.

II, datada de 10 de setembro de 1705, informando sobre o governo de D. Rodrigo, o Senado da Câmara da Bahia fala na Casa da Pólvora como obra já terminada, depois de três anos de trabalho.[29] Em 22 de abril de 1702, D. Pedro II comunicara a D. Rodrigo da Costa, chegado há pouco tempo da metrópole, sua régia resolução de mandar fazer a casa, cuja planta remeteu. Além disso, notificou o Governador da vinda "nesta ocazião" de "Manoel da Costa Mestre perito na arte de a [polvora] fabricar, com o qual se ajustou o darselhe tres tostoens nessa praça, porque nesta corte se há de assistir com dous tostoens por dia pelo meu concelho ultramarino p.ª sustento de sua mulher, e familia."

A 22 de março de 1750, D. José I, considerando a possibilidade de empregar num projeto de novos quartéis a Casa da Pólvora, fora de uso há muitos anos, dirigiu-se ao Provedor-mor da Fazenda Real da Bahia, Manuel M. da Cunha de Soto Maior, "que por ser conveniente ao meu serviço, me pareceo ordenarvoz informeiz: que uso se da ao edifício da Casa da Pólvora dessa Cidade, remettendo-me planta do mesmo edifício." Das informações juntas para a resposta do Provedor-mór em 22 de julho, destacam-se alguns elementos da história da construção. Respondeu este oficial que, depois de receber-se a carta régia de 22 de abril de 1702, pôs-se em praça a obra de pedreiro e carpinteiro Antonio da Silva Reis, cujo nome já foi registrado aqui, em relação aos autos da avaliação da igreja de N. S. da Palma em 1712. Subiu a despesa da obra da Casa da Pólvora à quantia de 24.000 cruzados e 13$998 réis.

Nesta altura convém citar uma carta notável do engenheiro Miguel Pereira da Costa, datada na Bahia a 18 de junho de 1710 e conservada na Biblioteca da Ajuda em Lisboa.[30] Fala na incapacidade do capitão da artilharia Francisco Pinheiro, "q. foi carpintr.º exprofeso, o qual cuidando ser o mesmo cortar hum madeiro em esquadria, ou buscar o vivo a hua pessa, q. fortificar hua praça, pasou a sua curiosid.ᵉ, ajudado dó q. leo em Luis Serrão,[31] a intitulalo engenhr.º" E logo depois "p.ª a fabrica nova da polvora q. aqui se fez, vierão desse Reino 3 plantas p.ª se fazerem as oficinas devid.ᵉˢ por cauza dos incendios q. costuma haver, o não obstante serem feitas por hu raro engenho, e mandados

pello conc.º; o Pinhr.º cá contraponteou e se fez tudo junto por hua sua; nella poz hua porta das duas q. o Mathematico tras nas suas fig.^{as} em q. se esmerou gastd.º nella 1000 rs. q.^{do} esta caza de polvora podia ter menos portas, e mais agua, pois lhe esqueceu fazer cisterna, sendo vão capaz p.ª tudo. "Na luz desta curiosa comunicação é preciso supor a intervenção do *soi-disant* engenheiro Francisco Pinheiro na execução do projeto vindo da metrópole. Modificou a portada do original, substituindo-lhe uma das duas inventadas por Luiz Pimentel Serrão no seu tratado famoso sobre a engenharia militar. Na verdade a entrada da casa da Pólvora delineada nos desenhos de Lisboa revela grande semelhança com a segunda do livro de Luiz Serrão.

Informou o Provedor-mor, também, que Manuel da Costa "Mestre de fabricar Pólvora", foi substituído em 1715 por Afonso Luiz da Silva, [32] que em 1730 "entregou a dicta casa, e toda a sua fabrica ao Almoxarife Francisco de Torrez Bayam, e daquelle dia quinze de Novembro, athé o prezente não tem servido a dicta casa, mais, que pra se guardar a fabrica della e alguns materiaiz da mesma officina."

Na sua resposta de 6 de agosto de 1751 disse Manuel da Cunha de Soto Maior, além do conteúdo do relatório acima referido, que «mandou junta a planta da dita caza feita pello Sargento mor Engenheiro.» Esta parece ser o risco na coleção do Arquivo firmado por Manuel Cardozo de Saldanha e datado de 24 de junho de 1751.[33] Depois de um ano de deliberação sobre o projeto de quartéis novos, chegou o Conselho Ultramarino a uma decisão contrária. Promulgou-se a Provisão Régia de 16 de novembro de 1752 confirmando esta determinação, "e sendo ouvido neste negócio o Procurador da minha Fazenda Me parece dizer-vos que se não aprova a factura dos Quartéis na Caza da Pólvora."

Tendo a experiência mostrado que não convinha continuar na Bahia a fábrica de pólvora, seguiram-se outras propostas de remodelação, cuja natureza não foi possível determinar com inteira segurança. No ano de 1755, o capitão engenheiro Bernardo José Jordão firmou uma segunda planta da Casa da Pólvora com uma vista da sua fachada

e corte do interior, planta que também se acha no Arquivo e que figura na lista de plantas, mapas e desenhos publicada por Eduardo de Castro e Almeida.[34] Um ano depois, mandou-se da Bahia para o Conselho Ultramarino a terceira das plantas.[35]

Os três desenhos são muito parecidos, sendo o primeiro de Manuel Cardozo de Saldanha o mais completo. Falta nas outas plants a grandiosa inscrição em cima do ornamento do pórtico, "m.^{to} Alto, e Poderozo Rey e S.^{r} nosso D. Pedro 2º de Portugal mandou fazer esta obra de afficinas da polvora á Custa da fazenda real p.^{lo} g.^{or} e Cap.^{m} Gr.^{al} deste Estado D. Rodrigo da Costa. Anno de 1705."

A planta de 1755, obra de Bernanrdo José Jordão, identifica-se como tendo sido executada "ordem do conselheyro, e Entend.^{e} g.^{1} do ouro Wenceslau Pr.^{a} da Siva. (Figura 5) Mostra uma área quadrada de aproximadamente 12m. rodeada por grandes cortinas ligando os quatro bastiões dos ângulos.O pórtico, parecido com a entrada do forte de Sto. Antonio da Barra, construído em 1696 por D. João de Lencastro (1694-1702) [36] com as suas grossas colunas rusticadas, obeliscos e tarja militar,[37] denúncia, como já se notou, a influência de uma gravura de pórtico de fortaleza publicada por Luiz Pimentel Serrão. O pátio interior tinha ao redor dele uma arcada de 9 vãos. Havia telhados de quatro águas nas principais divisões, não sendo revelada a função dessas salas, pois nenhuma explicação acompanha a "Planta, profil, e corte."

Como, porém, sua disposição parece idêntica à do risco do sargento-mór Saldanha, justifica-se o uso da legenda dele em relação à planta de Jordão. Segundo este sistema, três dos baluartes (A) teriam sido "cazas nos tres angulos, e no meio de cada uma dellas está hum moinho com as suas pedras, e as madeiras do d.º mecanismo estão innutéis." Dentro da quarta casa angular estava "hua calddeira em fornalha." As pequenas divisões aos dois lados da sala (C) e as que correspondem na cortina paralela funcionavam como "4 cazas discobertas p.^{a} Luz das imediatas." Na sala (B) estava a cavalariça. Dentro da sala (C) veem-se indicadas em ângulos diagonais as "duas máquinas de pilloens de madeira." No pátio, segundo Manuel Cardoso de Saldanha,

estava "huma divisão de pano de tijollo singello, e no mesmo alinham.to debacho dos arcos de hua e outra parte está hua estacada pregada no chão com porta ou cancella." Todavia, não se a indicou na planta do capitão engenheiro Jordão.

A forma quadrada da Casa da Pólvora, com seus quatro baluartes angulares, representa um dos tipos mais característicos de fortalezas dessa época. De forma quase idêntica era seu vizinho, o forte de S. Pedro, principiado, sgundo Vilhena,[38] sob o governo do Marquez de Angeja, D. Pedro Antônio de Noronha (1714-18), segundo Vice-rei do Brasil, e terminado no do quarto Vice-rei, D. Vasco Fernandes César de Meneses, Conde de Sabugosa, como proclama a lápide do portão, em 1723.

Também a forma do portão deste forte, como o representa o desenho de Vilhena, se mostra possivelmente influenciado pela Casa da Pólvora de 1705.

Relata João da Silva Campos a última etapa da história da Casa da Pólvora da Bahia. Em 1838 a Santa Casa da Misericórdia arrematou o velho edifício para aproveitar sua pedra na obra do Hospital de Sta. Isabel, o que aconteceu somente depois de 1849. Assim desapareceu um monumento baiano do princípio do século XVIII, cujo destino depois de 1756 não foi ainda suficientemente esclarecido.[39]

DOCUMENTOS

Senhor,

Pella Provisão da Copia junta de vinte e dous de Abril de mil setecentos e dous mandou V. Mag.e edificar nesta praça huma caza para fabrica da polvora pella planta que foi servido remeter, com o mais pertencente a dita lavoura em cujo comprimento se edificou a dita casa, que importou de pedreiros, e carapina, vinte quatro mil cruzados, cento e trinta

a e oito mil, nove centos, e noventa e oito reis e assistio o Mestre que veyo da dita fabrica athe dezaseis de Agosto de mil sete centos e quinze e entrou a refinar a polvora inútil Affonso Luis pella ordem da copa junta de doze de Julho de mil sete centos, e catorze, e assistio athe quinze de Novembro de mil setecentos e trinta, e de antão entregue tudo, que havia recebido pertencente a dita fabrica athe o prezente não tem servido a dita caza, mais que para se guardarem as taes pertenças, e alguns materiais, como informa o Escrivão da fazenda e mando junta a planta da dita caza feita pello Sargento mor Engenheiro e comtudo informe a Provisão de vinte do mês de Março do prezente anno de mil sete centos e cincoenta e hum como V. Mag[e] me ordena. B.[a] 6 de Agosto de 1751. Manoel da Cunha de Sotto Mayor.

Copia

Governado, e Cap.[m] g.[1] do Estado do Brazil. Eu El Rey voz envio muito saudar por ser conveniente que nessa Cidade da Bahia haja fabrica de polvora pra nella se reduzir á polvora o salitre que ha nesse Estado e se espera haverá cada vês maiz abundancia. Fui servido resolver, que se edifique nella caza para a d.[a] fabrica, e p.[a] esse effeito, Me pareceo dizervoz que se voz remete a planta incluza p.[a]. por ella se obrar o que for necessário, como também tudo o mais conducente p.[a] se lavrar a d.[ta] polvora e p.[a] assistir ao trabalho della, vay tambem nesta ocazião, Manoel da Costa Mestre perito na arte de a fabricar com o qual se ajustou o darselhe tres tostoens nessa praça porque nesta corte se ha de assistir com dous tostoens por dia pelo meu concelhos ultramarino p.[a] sustento de sua mulher, e família, de que voz avizo para que assim o tenhaes entendido e façaes executar o que por esta ordeno. Escrita em Lx.[a] a vinte, e dous de Abril de mil sette centos e dous. Rey Para o Governador g.[1] do Est.[o] do Brazil.

Copia

Dom Joam por graça de Deoz Ray de Portugal, etc. Faço saber a voz Prov.[or] mor da Faz.[a] do Est.[o] do Brazil, que por ter rezoluto que Afonço Luis da S.[a] tome por assento o refino da Polvora que se acha

neste Est.º para se refinar, e p.ª esse effeito necessitar da fabrica que se acha nestapraça, vozordeno lhe mandeis entregar a fabrica da Polvora com todas as suas pertenças e miudezas por inventario, e por elle será obrigado o mesmo Afonso Luiz a restituir tudo sem deminuição alguã. El Rey nosso Snr o mandou por Miguel Carloz Conde de Sam Vicente, Gr.l da Armada do mar oceano doz seoz concelhoz do Estado e Guerra e Presidente do ultramarino Miguel de Macedo Rib.ro a fez em Lx.a a dous de Junho de mil sette centoz, e quartoze.

Snor Des.or Chanc.er e Prov. or mór.

Por carta de Sua Majestade de vinte e douz de Abril de mil, settecentos, e dous, que ajuncto Copia: foi o dicto Senhor servido, que se edificasse nesta Cidade, hua casa para a fabrica da Polvora, remettendo-se a planta para ella, e pondo-se em Praça a obra de Pedreiro, e Carpinteiro: arrematou o Mestre Pedreiro Manoel Vieira Paez, que importou pelas verbas, que se achão á margem do Termo da sua arrematação sette contos, e cem mil reiz, e a de carpinteiro arrematou o Mestre Antonio da Silva Reys, que importou pelas verbas, que tambem se achão á margem do Termo da sua arrematação, dous contos, seis centos trinta e oito mil novecentos, noventª, e oito reis, que importão às referidaz duaz quantiaz vinte, e quatro mil cruzadoz, cento, trinta e oito mil, novecentos, noventa e oito reis, e assistio Manoel da Costa Mestre de fabricar Polvora, athé dezesseis de Agosto de mil, settecentos, e quinze, que por Ordem de Sua Majestade, de que também ajuncto Copia, entrou Affonço Luis a refinar toda a Polvora, que se achou inutil, e fabrica-la de novo, o qual esteve athé quinze de Novembro de mil, settecentos e trinta, que entregou a dicta casa, e toda a sua fabrica ao Almoxarife Francisco de Torrez Bayam, e daquelle dia quinze de Novembro, athé o prezente, não tem servido a dicta casa, mais, que para se guardar a fabrica della e alguns materiaiz da mesma officina. Bahia, e Julho 22 de 1751. Ant. Per.ª da Sylva.

CAPÍTULO IV: CONVENTO DA LAPA

"PLANTA DO CONV.TO DE N. S. DA LAPA, E SE.S ACCESSO. OS"

[COLORIDA: .707m x .508m]

O PRIMEIRO convento de freiras na Bahia foi fundado sob a invocação de Sta. Clara do Desterro no ano de 1665.[40] Em 13 de outubro de 1733, quando este convento já não bastava para o número crescente de mulheres que o procurava e assim "se embarcavão m.tas em quase todaz as frotas p.a o Reino, hindo alguas contra sua vontade por fazerem a de seus Paez", conseguiram João de Miranda Ribeiro e Manuel Antunes Lima uma Provisão Régia para fundar um segundo convento sob a regra de S. Francisco de Assis. Depois da morte de Lima, João de Miranda Ribeiro continuou sozinho a ambiciosa empresa, que em 1741 ficava quase terminada. Originara-se a obra no legado que o fundador herdara de João Pinto Brandão, de umas terras perto do hospício de N. S. a Piedade dos Padres Capuchinhos Italianos,[41] onde erigiu uma capela ou ermida em honra de N. S. da Lapa. Logo que se concluiu essa obra piedosa, trataram os dois companheiros da fundação de um convento anexo à capela e, necessitando de novos terrenos, obtiveram 110 braças contíguas por ordem do Vice-rei Conde de Sabugosa[42] em virtude da licença régia para

Figura 6 - Lisboa. Arquivo Histórico Português. Planta do Convento de N. S. da Lapa.

a fundação. Ocupava o convento principalmente os terrenos do testamentado, com a exceção de 39 braças do lote concedido pelo Vice-rei. Uma vez terminado o convento, resolveu Manuel de Miranda Ribeiro na parte restante da doação "fazer mayor Igreja, por ser m.to pequena Ermida a dita Capela, a que se encostou o Convento... e hoje não ser capaz do concurso, que ocorre a assistir aos Offícios Divinos... e carecer ainda o Convento de algumas Cazas para accomodação dos serventes delle, e outras Officinas." Pediu então confirmação régia dessas 71 braças ainda não utilizadas mas, como nesses terrenos existiam certas trincheiras, [43] que faziam parte das antigas fortificações da cidade, resolveu D. José I reservar sua mercê enquanto não recebesse declarações favoráveis da parte do Brigadeiro José da Silva Pais,[44] um dos principais engenheiros militares portugueses na América. Preocupado com a fortificação da Ilha de Sta. Catarina, voltou o militar a Lisboa sem poder cumprir as reais ordens a respeito dos terrenos do convento, ordens, que aliás negou ter recebido antes de 1743, quando já se encontrava em Portugal.

Depois, a obra de João de Miranda Ribeiro ficou embargada muitos anos. Finalmente, em 1751, por Provisões de 5 de outubro, mandou El-Rei dois engenheiros da praça da Bahia, o Tenente General Nicolau de Abreu e Carvalho,[45] e o Sargento-mór Manuel Cardoso de Saldanha, já nosso conhecido, visitar e examinar os ditos terrenos para averiguar se as trincheiras eram necessárias à defesa da cidade, fazendo, ao mesmo tempo, uma planta do sítio e das construções que o ocupavam.

Respondeu Manuel Cardoso de Saldanha em 10 de maio de 1752 que as trincheiras não serviam para defender a Bahia e que outro engenheiro, o Brigadeiro João Massé,[46] [que visitou a cidade em 1712] já as achara inúteis, e que segundo este parecer o Conde de Sabugosa tinha feito a sua doação. Corroborou as suas declarações Nicolau de Abreu e Carvalho em uma carta de 30 de janeiro de 1754. No entanto, por uma Real Resolução de 28 de setembro de 1753, entraram as primeiras religiosas no novo convento de N. S da Lapa. Dois anos depois

Figura 7 - Salvador. Convento de N. S. da Lapa.

o Conselho Ultramarino, em 27 de fevereiro de 1755, autorizou ao suplicante o uso das 71 braças de terra.

Os documentos sobre esta ação, no Arquivo Histórico Colonial Português, contêm várias referências descritivas da obra do convento. Já em 19 de junho de 1741, o Provedor e mais oficiais da alfândega, apoiando a súplica do fundador, louvaram o "vistozo e grandiozo Convento", falando no "elevado sítio da sua fundação." Concorreram outras altas personagens em louvor da obra. A aprovação do chaceler e mais desembargadores da Relação da Bahia, passada em 3 de junho, emprega as mesmas fórmulas. O Juiz de Fora, Vereadores e Procurador do Senado da Câmara em 5 de julho de 1741 referiram-se ao convento que João de Miranda Ribeiro "tem fundado e feito com admirável arquitectura... visinho de huma singular capela de Santo Antonio da Mouraria."[47] No dia seguinte o Padre João Pereira da Companhia de Jesus, Reitor do Colégio do Salvador,[48] achou que o convento da Lapa "serve de grande ornam.to p.a a d.a cidade." Em 12 do mesmo mês, o doutor Frei Feliciano de Melo, Prior do convento de N. S. do Carmo, elogiou o "admirável, e espaçozo Conv.to" e, no dia 13, o Dom Abade do mosteiro de S. Sebastião dos monges beneditinos homenageou "hu convento magnífico."

A planta, que Nicolau de Abreu e Carvalho[49] firmou e que foi delineada por seu filho mais velho, o infeliz João de Abreu e Carvalho, mostra a posição do convento de N. S. da Lapa e sua capela em cima das antigas trincheiras (Figura 6) (FF). Circunda-os por trás um vasto terreno aberto, em cujo centro se nota a Fonte do Coqueiro (I). Para a rua da Lapa (G) e suas primeiras casas de moradores (H) ostenta o edifício uma grandiosa fachada de não menos de 128 metros, frontaria que, salva a saliência da capela primitiva, que logo desapareceu, conserva-se ainda quase intacta. Constitui um dos mais impressionantes conjuntos de arquitetura religiosa de todo o Brasil. Assim a planta revela um valor especial porque mostra que a construção é toda da mesma época.[50] Lá figuram, em primeiro lugar, as "cazas do Capellão e alguas Servas" (C). que se veem no primeiro plano da fotografia moderna.

(Figura7) Depois o muro alto que encerra o pátio externo (B), do qual se passa para o interior do convento em baixo do "elevado e magnífico mirante" de três pavimentos, cada um com suas janelas ainda tapadas de grades de ferro.l Em seguida aparece o convento com o claustro interior das freiras (A), donde se comunica com a igreja da Conceição e Lapa (E), cuja sacristia termina o grandioso conjunto. De forma mais impressionante do que o convento de Sta. Clara, o da Lapa demonstra talvez melhor de que qualquer outro do Brasil, a disposição típica das maiores fundações deste gênero de Portugal, como o Real Convento de Sta. Clara-o-Novo de Coimbra.

Quem eram os dois fundadores da capela e convento de N. S. da Lapa? Conhecem-se seus nomes sem se saber nada das suas vidas. O nome de Manuel Antunes Lima lembra o indivíduo que tomou parte na avaliação da obra de pedraria da igreja de N. S. da Palma em 1712. Por um daqueles achados inesperados, que tornam fascinante pesquisar em velhos arquivos, apareceu o nome de João de Miranda Ribeiro em um documento de 15 de setembro de 1753. Acompanha duas "plantas de Terrenos da Cidade da Bahia e dos Quartéis q. n'elles se projectaram construir, para Alojamento das Tropas pagas." Foram desenhadas por José Antonio Caldas e medem .45m. x .27m. Estas plantas, representando uns quartéis a serem edificados perto de N. S. da Piedade são firmados por Nicolau de Abreu e Carvalho e Manuel Cardoso de Saldanha e são talvez os mesmos mencionados na documentação da Casa da Pólvora. Foram orçados os quartéis em 80.000 cruzados pelos "medidores e avaliadores do Cons.º o Mestre Pedreiro Felipe de Oliveira Mendez[51] e o M.e Carpinteiro João de Miranda Ribr.º" Existe sempre a possibilidade de ter havido dois homens do mesmo nome nessa época, na Bahia. Mas a circunstância do carpinteiro João de Miranda Ribeiro ter avaliado os quartéis projetados justamente no período da atividade do fundador da Lapa em prol da aquisição das 71 braças de terra e ter exercido uma profissão semelhante à do segundo fundador, Manuel Antunes Lima, torna muito atrativa, a possibilidade de ambos terem sido oficiais mecânicos da Bahia.

DOCUMENTOS

NOS PROV.[OR] E MAIS OFFICIAES DA ALF.A DA CID.[E] DA BA.[A] DE TODOS OS SANCTOS

Certificamos q. João de Miranda Ribr.º mor. Nesta Cid.ᵉ da Bahia tem fabricado, e feito com summa perfeyção e muy consideravel despeza hum vistozo e grandiozo Convento p.ª Religiozas na Capella q. tinha edificado a Nossa Srª. da Lapa (celebrandose nella todos os dias o Sancto Sacrifício da missa e no anno expondo com grande festividade, e aparato tres vezes o Sm.º Sacramento da Eucaristia pouco distante do Convento dos Religiosos Capuxinhos de Nossa Srª. da Piedade, e se acha quaze acabado com admiravel planta, e singularez commodoz para o recolhimento das Religiozaz, e segura observancia das obrigaçõez do seo estado de cuja obra nenhum prejuizo pode resultar a fortificação desta Cidade sem embargo de se haver fundado em parte de hua antiga trinxeyra por não ser já esta defensiva da mesma Cidade, não só por se achar já desbaratada, e por varias partes aberta em caminhoz publicoz e povoada de Cazas contiguaz ao referido Convento, e a dos d.[oz] Religiozoz Capuxinhos da Piedade, mas tambem por se averem erigido variaz Fortalezas nos lugares mais arriscadoz da mesma Cidade, por onde se podia recear a invadisse o inimigo, o que nunca poderia prudentemente fazer por aquelle sítio da Lapa, pello ter maiz efficazmente premunido a natureza com hum extenso Dique cujas margez não permittem a alojação de m.[ta] gente, nem commodo embarque, ou desembarquez por serem de huã e outra parte em vasta distancia imtupidaz de juncos, e atoleyroz, em que só canõaz, e jangadaz podem entrar com dificuldade, as quaes embarcações por serem razaz, e pequenas apenaz podem conduzir quatro, ou seiz pessoaz, e pello contgr.º he notório, e muy attendível a utilidade que rezulta a esta Cidade a sua Comarca da subsistencia, e conservação do dito Conv.[to] da Sra. da Lapa, não só pello decorar e fermozear grandemente, e dar vallor as Propriedadez, e terraz contiguaz, mas tambem pello augmento q. lhe acresce, na extenção e povoassão de novoz habitadorez e

Cazas naquelle Sítio, qu. Por ficar distante era pouco frequentado, e ainda para os navegantez serve de demonstração de terra, por avistar muytaz legoaz ao mar o elevado e magnífico mirante do dito Convento sobre a eminencia do sitio da sua fundação que he dos maiz proporcionadoz que p.ª hisso há nesta Cidade, onde he geralmente aplaudido e louvado do d.º João de Miranda Ribr.º pello acerto da sua eleyção e constante zello e fervou que comessou, proseguio e tem quazi concluído a referida obra sem embr.º de lhe faltar o Compamhr.º q. com elle a tinha empreendido que foy M.el Antunez Lima e pella acomodação que no dito Convento podem ter as filhaz dos moradorez da mesma Cidade, e sua Comarca, por ser muy populoza carecia de maiz Conv.tos e por hão haver maiz q. o de S. Clara do Desterro se embarcavão m.tas em quazi todaz as frotas p.ª o Reyno, hindo alguaz contra sua vontade por fazerem a de seus Paez. E por ser tudo verdade e nos ser esta pedida a mandamoz passar e assignamoz afirmado o relata.do debayxo do juramento dos Sanctos Evangelhos. B.ª e de Junho 19 de 1941 annoz. Domingo da Costa Almada et. al.

Senhor,

Por avizo do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real de vinte, e sette de Março de mil settecentos, sincoenta, e hum ao Marques de Penalva, Presidente deste Cons.º foi V. Mag.de servido que vendose nelle a petição, que baixava incluza, de Joam de Miranda Ribeiro, se lhe consultasse o que parecesse, em a qual diz o Supp.te, que movido do bem espiritual das Almas pela grande necessidade que tinhão os Moradores do Bairro do Tororó [Tororó] da Cidade da Bahia de Igreja para ouvirem Missa, fez edificar á sua custa huma pequena capella, ou Ermída dedicada a Nossa Senhora da Lapa, e mostrando Deos com repetidos prodígios a acceitação que fizera desta fundação, pertendeo o Supp.te para mayor cloria do mesmo Senhor erigir no mesmo sitio hum convento de Religiosas recoletas, de sorte que a dita Capella lhe ficasse servindo de

Igreja e recorrendo a V. Mag.de juntam.te com Manoel Antunes Lima, morador na mesma Cidade para lhe dar Licença para a dita fundação foi V. Mag.de servidor por sua Real Provisam, precedendo as informações necessárias do Arcebispo Vice Rey daquele Estado, e do Procurador da Fazenda Real delle, conceder-lhe licença para naquelle sitio se fazer a dita fundação na area que para ella fosse preciza, e em virtude da dita Provizam começou o Supp.te a dita obra, sem embargo resilir do ajustado concurso para Ella o dito Manoel Antunes Lima, aproveitando-se das terras, q. lhe deixou o Capelam Joam Pinto Brandão no Testam.to com que faleceo, e porque estas não bastavão para a fundação do dito Convento, e naquelle sítio se achavão huns brutos fundamentos sem pedra, nem tijolo, a que se dá o nome de Trincheiras, todos desbaratados, e abertos em caminhos publicos, de sorte que já não podia ter o efeito para que antigamente se começarão a fabricar por haverse extendido por elles a Cidade, enchendose de Cazas, povoandose de moradores, e dividendose em ruas the a Fortaleza de S. Pedro, que he a que cobre em as suas Muralhas e diques a Cidade, além de outras Fortalezas com que se acha presumida lhe deo o V. Rey Conde de Sabugosa em virtude de licença, que já tinhão de V. Mag.de para a d.a fundação, cento e dez braças do dictos chãos, ou Trincheiras, despois de se proceder a nova vestoria pelo Provedor-mór da Fazenda Real com o Dez.or Procurador da Coroa, e o Engen.ro daquella Praça, e se averiguar na dita vestoria não pdoer a dita Trincheira de defensas à Cidade, pela situação e estado em que se achava; e porq. da referida data de ocupação com a fábrica do dito Convento só trinta, e nove braças para a parte do Sul em frente da Capella por se edificar a mayor parte do Convento nas terras deixadas pelo dito Joam Pinto Brandão fora da sobredita Trincheira requererão os Supp.tes a V. Mag.de a confirmação das settenta, e hum braças, que restavão para mayor desafogo do Convento, e poder accrescentarse pelo tempo futuro se necessário fosse; mas não foi V. Mag.de servido deferirlhe, antes se mandou suspender em toda a obra, que já se achava acabada, até vir a informação que sobre este particular se mandou pedir ao Brigadeiro Joze da Silva Paes, quando finda a fortificação da Ilha de Sta. Catharina passasse à Cidade da Bahia, e ficando assim embargado mais de

dous annos a obra, achandose já na ultima perfeição o dito Convento com larga despeza do Supp.te, e admiração daquelles moradores pela brevidade com que o fizera no limitado espaço de sinco annos com hum tão elevado, e vistozo mirante, que serve de baliza aos navegantes para de muito longe reconheceram a terra, e demandarem a barra da dita Cidade, seguindose do dito embargo não frustarse o pio intento, com que foi feita a dita fundação, mas a infallível ruína, que naquella Região padecem em breve tampo os edifícios que se não habitão, recorreo o Supp.te novamente a V. Mag.de expondo-lhe os mencionados inconvenientes e pedindolhe hovesse por bem se recolhessem no Convento as Religiozas destinadas para a sua fundação, visto se achar acabado, ficando o dito requerim.to da confirmação das settenta, e hum braças daquelles chãos, que se não tinhão ainda ocupado, pendente até a informação do dito Jozé da Silva Paes, e V. Mag.de por sua innata piedade foi servido por sua Real Rezolução de vinte, e oito de Settembro de mil, settecentos, sincoenta e três em consulta deste Cons.o determinar pudessem mudarse para o sobredito Convento as novas Religiozas, o que com efeito se executou com universal aplauzo, e consolação espiritual de todo aquelle povo: E porque se achava restituído a esta Corte o sobredito Brigadeiro Joze da Silva Paes e consequentemente sem efeito a Ordem, porq. V. Mag.de foi servido commetterilhe o exame dos ditos chãos ou Trincheiras, de cuja informação dependia o requer.to da confirmação que o Supp.te pertendeo das ditas setenta e huma braças que ficarão pro occupar, e são precizas para se fazer mayor igreja, por ser huma m.to pequena Ermida a dita Capella, a que se encoustou o Convento, como destinada naquelle tempo so para os moradores daquelle bairro poderem com mayor commodidade ouvirem missa nos dias de preceito, e hoje não ser capaz do concurso, que occorre a assistir aos Officios Divinos, e mais exercícios espirituães, que nella se administarão, e carecer ainda o Convento de algumas Cazas para accommodação dos serventes delle, e outras Officinas recorre o Sup.te incomparável piedade de V. Mag.de para que se digne a vista do referido confirmarlhe as ditas settenta, e huma braças de chãos para o dito effeito, que o Supp.te dezeja executar antes que lhe falta a vida por ser o único que

concorre para esta despeza, que por sua morte ficara caducando por depender da agencia com que se aplica a conseguir os meyos para ella, pelo que pede a V. Mag.de que em consideração do referido, que tudo se certifica pelos documentos, que se achão na Secretaria deste Cons.o affectos aos mencionados requerimentos, e não ter effeito a dita informação pedida ao Brigadeiro José da Silva Paes, q. se achava já recolhido nesta Corte, lhe faça mercê confirmarlhe as ditas settenta, e huma braças de chãos para extensão da dita Igreja, e mais Officinas precizas do Convento das Religiozas, attendendo a ser certo não poder ter serventia para defeza da cidade a dita chamada Trincheira pela extensão, em que hoje se acha aquella povoação, cazo que se queira novamente fortificar se há de delinear sem duvida a fortificar a fortificação della por outra planta, vista a situação referida. Para satisfazer a esta Real Ordem de V. Mag.de se mandarão juntas a referida petição, os papeis de qie ella faz menção, e dandose vista ao Procurador da Fazenda respondeo, lhe parecia que se devia por na Real prezença de V. Mag.de este requerim.to, e as resoluções das Consultas, que nelle se referem, para que V. Mag.de se servisse mandar algum Engen.ro, que fizesse o mesmo para que se destinava José da Silva Paes, e que este fizesse o exame na necessidade, e utilid.e deste citio e que não havendo a que se considerava, assim a informasse ao V. Rey para se mandar cumprir a doação, que delle se achava feita.

Sobre esta resposta se ordenou ao Sarg.to mor de Batalha José da Silva Paes informasse com seu parecer sobre este requerim.to, declarando tambem se recebera a ordem para ir delinear as fortificações da Cidade da Bahia, na forma que V. Mag.de ordenou por resolução de vinte e nove de Outubro de mil, sette centos, e quarenta posta em Consulta deste Cons.o, que também se lhe remeteo para este efeito; ao que satisfez, dizendo, que não recebeo esta ordem de que faz menção a referida Consulta, e só na frotta de mil, sette centos quarenta, e dous o mandou este Cons.o informar por Proviza de vinte e nove de Dezembro de mil, sette Centos quarenta, e hum sobre o requerim.to que fez a V. Mg.de o dito Joam de Miranda Ribeiro para que se lhe houvesse de confirmar a data que o V. Rey Conde de Sabugoza lhe tinha feito do terreno que

occupavão as antigas Trincheiras que cobrião a Cidade da Bahia para continuar a obra do Convento que ha tinha principiado, e se achava quase findo; ao que respondera que com não tinha visto a situação do terreno pertendido em que se tinha edificado aquella obra (que indevidamente se tinha permittido a Licença de se erigir sem que V. Mag.de estivessem desprezadas aquellas defensas taes, ou quaes, e se tivessem escolhido outras que parecessem mais proprias) não podia informar sem que ocularmente visse, e examinasse e que podia ser mais conveniente para a defensa daquella Capital, escolhendo o terreno mais proprio, ou reformando o mesmo quando se julgasse era capas: Em cujos termos lhe parecia se devia mandar informar o Tenente General Nicolao de Abreo de Cavalho para que em companhia do Sargento mor Manoel Cardoso de Saldanha, ambos Engenheiros vissem, e examinassem o terreno pertendido, e o em que se acha feito o Convento sobre as antigas Trincheiras, e informassem se devião, ou não reformarse, ou se por outra parte deve correr a fortificação que julgassem preciza para defensa daquella Cidade, e tudo o mais que se lhe offerecesse a respeito de que se acha feito, mandando de tudo huma planta exacta, e configuração do terreno para que a vista de tudo se pudesse julgar, o que poderá ser mais conveniente.

E ordenandose aos ditos officiaes Engenheiros por Provizões de Sinco de Outrubro de mil, sete centos, sincoenta, e hum informassem com as declarações apontadas nesta informação do Sargento mor de Batalha Jose da Silva Paes Satisfes o Sargento mor Engen.ro Manoel Cardoso de Saldanha em carta do prim.ro de Mayo de mil, sette centos, sincoenta, e dous disendo que visto, e examinado o terreno pertendido neste requerm.to por elle em companha do tenente general Nicolao de Abreo, e Carvalho, e o em que está feito o Convento de Nossa Senhora da Lapa sobre huma Cortina que fazião as antigas Trincheiras: Que a cidade da B.a pela parte da terra teve huma fortificação de terras a q. vulgarmente chamão Trincheiras desde a parte do Nordeste athé o Sueste; e arruinandose estas naturalmente pela continuação dos annos com caminhos, e Serventias que artificialmente fizerão por ellas se augmen-

tarão as Cazas pela Sucessão dos annos, e também se fez hum hospício de Franciscanos Italianos Barbadinhos, e varias ruas de cazas em algumas partes por fora das Trincheiras, e a vista do estado, e utilidade dellas foi de parecer, indo aquella Cidade o Brigadeiro Joam Massé que as ditas Trincheiras estavão inúteis, por que para o seu reparo era necessario grandissimo cabedal com a demora de m.tos annos; sendo para isto preciza a demolição de muitas cazas feitas, e tambem do mesmo Hospicio; e recorreo aquellas partes que offerecem entradas (seno o terrno montuozo) por onde podia ser acommettida aquella Cidade, que estavão fortificadas da parte do Nordeste com dous fortes de Santo Antonio alem do Carmo, e de S. Jose, que vulgarmente chamão do Barbalho, e pela do Suoeste com o forte de S. Pedro que sendo todos de terra são hoje de pedra e cal: Que aceite este parecer concedeo o V. Rey Conde de Sabugoza em o anno de mil, settecentos, vinte, e hum o fazer Joam de Miranda Ribeiro huma Capella a Nossa S.ra. da Lapa, e despois com Provizam de V. Mag.de em vinte e oito de Março de mil, sette centos trinta, e sinco precedendo vistoria do Provedor mór, Procurador Régio, Engen.ro, e Mestres Pedreiros permittio o V. Rey Conde das Galveas fizesse hum Convento para Religiozas recoletas, de que estão de posse, e se servem da sobredita capelinha, m.to pequena, e pouco capas de celebrarem os Offícios Divinos com assistencia do povo: Que na planta se vê o Convento com a capella que tem servido de Igreja, a Igreja nova, e o mais terreno pertendido sobre hum pedaço de Trincheira antiga.

Informou tambem o Tenente General Nicolao de Abreo, e Carvalho em Carta de trinta de Janeiro de mil sette centos, sincoenta, e quatro, disendo q. em companhia do Sargento mayor Manoel Cardoso de Saldanha vio, e examinou o terreno pertendido, e o em q. se acha feito o Convento de Nossa Senhora da Lapa sobre huma porção das antigas Trincheiras: Que aq.la Cidade da Bahia foi antigamente fortificada com fortificação de terra da parte do Nordeste the á sua opposta, a que vulgarmente chamavão Trincheiras, as quaes pelo decurso dos annos se forão arruinando não so naturalmente mas tambem artificial pelos caminhos, e serventias, que fasião por ellas: Que foi crescendo

a gente, e ao mesmo tempo os edificios, e como as Trincheiras já estavão m.[to] arruinadas derão os Governadores Geraes Licença a alguns moradores para faserem Cazas nellas: continuarão os annos, e tambem, os edificios fasendose hum Hospicio de Franciscanos Capuchinhos Francezes (que ha annos são Italianos) chegando a ter varias ruas de cazas por fora dellas em algumas partes: Chegou o Brigadr.[o] Joam Massé aquela Cidade a observar a sua fortificação, e foi de parecer que as chamadas Trincheiras estavão inuteis; porque para se repararem era necessario immenso cabedal, alem de hum seculo de annos sendo tambem necessario demolir muitas Cazas, que ja estavão feitas juntamente com o dito Hospício de Capuchinhos Italianos Barbadinhos: Este o estado, e uzo das Trincheiras: Assim recorreo as entradas por onde não so foi invadida aquella Cidade no seculo passado, mas tambem o podia ser para o tempo futuro, as quaes se achavão ja premunidas por terem seus rotes da parte do Nordeste, e sua opposta: esta com o forte de S. Pedro, que sendo de terra se acha hoje de pedra, e cal com suas pertenças: da do Nordeste com o forte de S.[to] Antonio, e do Barbalho também de pedra, e cal, tendo sido ambos também de terra: Fundado neste parecer concederia o V. Rey Conde de Sabugoza ao Suplicante Joam de Miranda Ribeiro fazer a Ermida de Nossa Senhora da Lapa, e passados annos o Convento que se acha feito, em que existem as Religiozas recoletas de S. Francisco: Que a planta mostra terreno, Conv.t[o], e Igreja.

Remeterão a planta que se lhes recommendou a qual sobre inclusa a Real prexença de V. Mag.[de].

E sendo novamente ouvido o Procur.[or] da fazenda, disse, que como a vista destas informações se conhece que estas Trincheiras são inuteis, que ja não servem para a fortificação desta Praça, nem a quererse aperfeiçoar esta deve ser por este sitio havendo nelle varios edificios que se não devem deixar de fora, entende não há embaraço para se diferir ao Supp.[te] servindose V. Mag.[de] confirmarlhe a data do Conde de Sabugoza, que he do que só se trata nestes papeis; e quando se queira continuar a idea da fortificação da Bahia, que V. Mag.[de] determinou no anno de mil, sette centos, e quarenta na Consulta incluza será necessario q. V. Mag.[e] se sirva mandar âquella Cidade hum Engenheiro de co-

nhecida capacidade, pratica, e intelligencia da fortificação; porque esta obra he muito grande, he de consideravel despeza, e não se deve fiar de hum homem que não seja m.to intelligente, e m.to conhecido.

Sobre as ditas informações se mandou que o Sargento mor de Batalha Jozé da Silva Paes tornando a ver este requerimento informasse com o seo parecer; ao que satisfes dizendo, que vendo as Informações do Tenente General, e Sargento mor Engenr.o da Cidade da Bahia sobre o requerm.to que faz Joam de Miranda Ribeiro para haver de V. Mag.de lhe confirmar as settenta, e huma braças de chão, que lhe restão das cento e dez que o Conde de Sabugoza V. Rey qye foi daquella Cidade lhe concedeo para a fundação do Conv.to de Nossa Senhora da Lapa de Religiozas Franciscanas para no dito chão se fazer a Igreja de que necessitão, pois ja habitão o dito Convento com huma Capella m.to restricta, onde bem se não podem fazer os Officios Divinos, nem assistir a elles o muito povo, que concorre, pela sua pequenhez; e os ditos Informantes relatão que o Brigadr.o Joam Massê, quando foi âquella Cidade, julgou inuteis as Trincheiras que a cobrião, sobre as quaes se edificou e tal Convento, tanto por estarem já occupadas com muitos edificios de moradores, e hum Hospicio de Barbadinhos, como por julgar devia correr por outra parte a fortificação convindo em q. se conservassem os dous Fortes de S. Pedro, e do Barbalho, que erão as duas entradas por onde aquella Cidade nos tempos passados foi invadida; á vista do que lhe parece pode V. Mag.de conceder a Licença pedida, fasendose, e assignandose termo de que a todo o tempo que se julgar pode ser precizo o terreno, que se lhe concede para por elle continuar alguma obra conveniente á defensa daquella Cidade se demolir o que tiver edificado á sua custa sem que lhe fique acção de poder pedir alguma recompensa: Sendo também muito precizo se passem apertadas ordems aos Governadores daquella, e mais capitanias não concedão, nem permittão que as Camaras dem chãos junto das Cidades, ou Villas, que devem ser fortificadas sem permissão de V. Mag.de, e de hum maduro exame se pode, ou não prejudicar as fortificações, que se devem fazer para evitar as disputas, que despois ocorrem em prejuizo da Fasenda Real, e das partes.

E tornando a ser ouvido o Procurador da Fasenda respondeo, que offerece o que ja disse, e so lhe parece mais se accrescente o termo, que aponta o General de Batalha Informante, e se passem as ordens aos Generaes na forma desta informação.

E dandose de tudo vista ao Procurador da Cora [Coroa] disse que lhe parece o mesmo que ao Dez.[or] Procur.[or] da Fasenda, vistas as informações.

Ao Cons.[o] de tudo que o V. Rey não podia da estas braças de terra, que deo, por estar naquelle tempo destinada para a fortificação, que agora deve ser feita por outra parte na forma que dizem os Engenheiros nas suas Informações, vistas as quaes entende o Cons.[o] que V. Mag.[de] pode ser servido permitir que o Supp.[te] acabe a obra da sua Igreja, e as mais Officinas do Convento, considerando o estado em que este se acha, mas que sempre sera conveniente que elle faça o termo, que aponta o Brigadeiro Josê da Silva Paes na sua informação. Lisboa vinte, e sette de Fevereiro de mil sette centos sincoenta, e sinco.

Raphael Pires Pardinho
Thomé Joaquim da Costa Corte R.[al]
Fran.[co] Lopes de Carvalho
Fernd.[o] Jozé Marq.[s] Bacalhao
Diogo Rangel de Almeyda Castelobr.[co]
Antonio Lopes da Costa

Forão rottos os Cons.[ros] Antonio Fr.[e] de Andrade Henriques, e Alexandre Metelo de Soiza e Menezes.

Despacho real, à margem: Como parece. Lisboa, 21 de Março de 1755 (Rubrica do rei D. José I).

Tem no verso: 27 de Fevereiro de 1755: Do Cons.[o] Ultramar.[o].

Satisfazse ao que S. Mag.[de] ordena sobre o requerimento de Joam de Miranda Robeiro, em que pede lhe mande confirmar as braças de chão que restarão desocupadas das que lhe concedeo o V. Rey Conde de Sabugoza para a fundação do Convento de Nossa Senhora da Lapa, no sitio das Antigas Trincheiras da Cidade da Bahia, para poder continu-

ar as obras de que necessita o dito Conv,to e a sua Igr.a, e vay a planta, e as Cons.tas de q. se faz menção.

R, R, a f.35; Exped. A. Tavares.

Documento anexo: A Joam de Miranda Ribeiro se ha de passar Prov.am de confirm.am das braças de terra q. lhe deo o V. Rey do Estado do Brazil para nellas extender a Igreja, e Conv.to de N. Sr.a da Lapa, da Cidade da Bahia; e para pagar o novo dir.to q. dever se lhe deo este bilhete.

Lisboa, 19 de Abril de 1755. Joaq.m Miguel Lopes de Laure.

N.o 23. A **f. 281** do 1.o 4 dos registos dos Novos dr.tos ficão carreg.dos ao thez.ro delles coatrosentos reis. Lx.a 21 de M.o de 1755. Antonio Jose de Moura.

A **f. 239** do 1.o 5.o do reg.to g.al dos novos dir.tos fica reg.do este conehcim.to Lx.a 21 de Mayo de 1755. Souza.
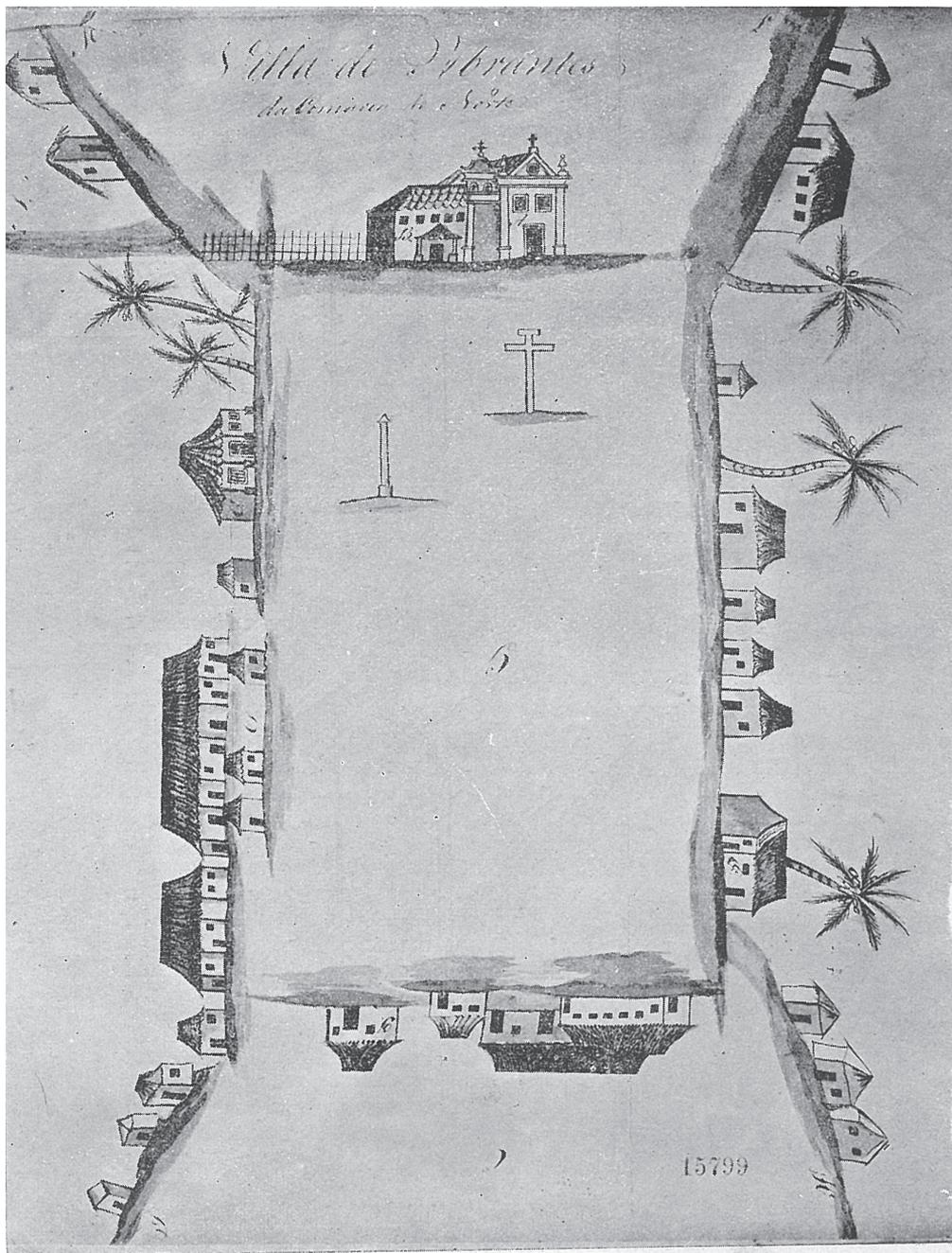
Figura 8 - Lisboa. Arquivo Histórico Colonial Português. Mapa da Vila de Abrantes.

CAPÍTULO V: VILA DE ABRANTES

A VILLA DE ABRANTES, DA COMARCA DO NORTE

[COLORIDA: .483m x .342m]

ENTRE as numerosas plantas e vistas de povoações coloniais do Arquivo Histórico Colonial,[52] existe uma representação de uma antiga aldeia de índios baiana. É a Aldeia do Espírito Santo, hoje município de Abrantes, uma das quatro primeiras povoações estabelecidas pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil para catequizar os nativos e dilatar a santa Fé. Principiada em 1558, nove anos após a fundação da própria Bahia, serviu a aldeia de asilo ao bispo D. Marcos Teixeira, os Jesuitas e clero secular da cidade do Salvador, durante a tomada da Bahia pelos holandeses em 1624. Ficou por algum tempo um campo armado, centro de heroica e triunfante resistência. Foi reconstituída em 1641, e remodelada em 1689. Separada a administração eclesiástica da civil em 1758, alcançou a antiga aldeia Jesuítica a dignidade de vila, tomando o nome de Abrantes.[53]

A planta faz parte de uma série de cinco vistas topográficas de localidades baianas, inclusive a vila de Santarém e a aldeia de S. Fidelis, ambas pertencentes à comarca dos Ilheus, a aldeia de N. S. dos Prazeres de Jequiriçá e a de Massarandúpio.[54] Foram executadas sob a direção de

Domingos Alves Branco Moniz Barreto, ex-capitão do regimento de Infantaria de Extremoz e escriturário da contadoria geral da Junta da Real Fazenda da capitania da Bahia,[55] futuro Sargento-mór e comandante do presídio do Morro de S. Paulo na Bahia.[56] Filho de Domingos Alves Branco e de sua mulher Mariana da Glória Moniz Barreto,[57] foi-lhe concedido o hábito da Ordem de S. Bento de Aviz em 25 de maio de 1793.[58] No ano seguinte, pediu à Senhora D. Maria I a propriedade vitalícia do ofício de Intendente da Marinha e Armazens Reais da Bahia em consideração de vários serviços por ele prestados à Coroa de Portugal. Entre eles figura no seu requerimento a ida em visita da inspeção, a sua própria custa, a certas vilas e aldeias baianas, cujos habitantes índios "se achavão descontentes e hum grande número dispersos das suas habitações, esquecidos muitos delles dos dogmas da religão, vivendo como brutos à lei da natureza, differindo bem pouco dos bárbaros gentios, o que para o futuro viria a ser de funestas consequências para o Estado...."[59] Visitou as povoações, como afirma "a fim de socegar, como socegou, os mesmos Índios, embaraçar a sua continuada fuga e reduzi-los a procurar as suas antigas habitações e virem provoar as villas e aldêas que tinham abandonado e a viverem em paz e obediência e instruir-se de novo nos actos de religião christã."[60]

Para sua missão, preparou Domingos Alves Branco Moniz Barreto "à custa de sua fazenda, muitas offertas a todos os Indios e Indias, assim pequenos como adultos, a saber missanga, contas, veronicas, estampas, livros espirituaes, agulhas, linhas, dedaes, tesouras, brincos, pentes, navalhas, fitas, etc. e fazendas para vestuário e ferramentas para o trabalho da lavoura..."[61]

Durante a jornada foram feitas as plantas, provavelmente nos anos imediatamente antes de 1792, data em que se juntaram alguns atestados de autoridades religiosas e civis dos lugares visitados por Domingos Alves Branco Moniz Barreto e seus companheiros.[62]

Na descrição que da vila de Abrantes preparou, fez as seguintes observações: "Fica esta Villa distante da cidade da Bahia 8 legoas. He huma das mais bem situadas, em que me achei, amena, e muito apra-

zível, athe pellos excelentes e agradáveis passeios que tem por fora da povoação. O número do seus habitantes era muito diminuto e não chegava a 100 índios, não só pela diversão que tem feito para as aldêas e Missões de Natuba, sertão muito distante e ainda para fora da Capitania, mas principalmente para as visinhanças da Aldêa de Massarão-dupio, o que também deu motivo ao Governador e Capitão General para me incumbir a diligência de os fazer tornar as suas povoações, além da principal que foi de Fazer levantar as cazas incendiadas na Missão de Massarãodúpio, como se mostra no seu devido e competente logar. Os Indios que achei nesta Villa he gente muito dada ao trabalho da lavoira, sendo a sua principal força a plantação da mandioca, de que fazem a melhor farinha para seu sustento, e o muito que lhes sobra a reputação na cidade. Além d'isso, plantão **algodão**, que produz muito de fina felpa, porém não corresponde o lucro ao trabalho, porque no tempo próprio da colheita lhe cae quasi sempre hum certo orvalho, que apodrece muitos cazulos. Os indios que não tem lavoira se empregão em huma grande **olaria**, ali estabelecida de telha e tijolo, que eu achei em alguma deterioração e promovi do modo possivel o seu adiantamento fazendo de novo salariar 2 homens, que mandei convidar das olarias da villa de Jaguaripe para os ensinar também a fabricar louças para o uso ordinário das cozinhas. Observei também a docilidade e boa inclinação dos pequenos Indios e a sua aptidão para o estudo das primeiras lettras e ainda para muitas sciencias, o que não poderão conseguir, pela falta de directores capazes, que a maior parte delles tem sido, como o actual que ali reside, não só ignorante, mas de pessimos costumes. Desta povoação os Indios que estavão fugidos pude fazer recolher as suas antigas habitações, ainda com insano trabalho, 22 cazaes e 9 Indios solteiros, a saber: 8 cazaes e 6 Indios solteiros que estavão em cazas de diversos parentes na Aldêa de Massarão-dupio e 14 cazaes e 3 índios solteiros que os achei nas terras desde o rio Jacuipe athe os campos do Bibó."[63]

Assim era a vila de Abrantes quando o curioso viajante mandou tirar a planta do Arquivo Histórico Colonial Português. (Figura 8)

Foi o desenhista uma dessas "pessoas quje o acompanharão nestas diligências" pagas por ele pelos "mais serviços que constão dos mapas das villas e aldêas." Mostra a pequena povoação ao redor da praça central dentro da qual se veem o cruzeiro e o pelourinho, este ficando sem os seus ferros habituais. Dos quatro ângulos partem as diversas estradas que ligavam a antiga Aldeia do Espirito Santo com o resto da Bahia: (H) "Estrada que vae ter a Capoame e á Feira do gado, que vem dos sertões, para fornecimento da cidade"; (I) "Estrada do Arambebe e geral da povoação da Torre e sertões"; (L) "Estrada seguida para os sítios onde tem os Indios a repartição das terras da sua cultura, que arrendão alguns porções e vários moradores portugueses"; (M) "Estrada que vae ter á freguesia de S. Amaro da Ipitanga"; (N) "Estrada que vem do Rio de Joannes, caminho geral e único da cidade pra esta villa."

Domina na praça a antiga igreja dos padres da Companhia. Encostada ao seu lado fica a ala da residência, nessa época ocupada pelo vigário de Abrantes, Padre Rodrigues de Oliveira.[64] Ostenta ainda este edifício o seu alpendre de entrada, característico dominante da arquitetura Jesuítica. A fachada[65] da então matriz, com suas linhas pesadas, quadradas, da renascença portuguesa, revela a disposição típica dessa categoria de construções, até a janelinha circular do frontispício e os dois obeliscos de pedra, únicos adornos da singela fachada. Só uma torre está ao lado da igreja e termina com uma sineira ou "espadana", de feitio talvez mais espanhol que português. A construção do templo de Abrantes parece ter sido da época da reforma da aldeia, em 1689. Lembra outras igrejas **extra-muris** deste período, como a de Camamú de Nazaré e a de S. Lourenço de Itaparica.[66] Aparecem na planta vestígios da velha cerca conventual.

A Casa da Câmara, edifício quadrado e coberto de telha, possui uma fachada dividida por pilastras e uma grande janela com grades de ferro, ou mais provavelmente, de pau. As outras casas, todas como a da Câmara de um só andar, incluem pequena parte das 65 residências de índios notadas por Domingos Barreto "morando em muitas 6 ou 8 famílias de mistura." Na casa (F) vivia o Capitão-mór índio, um dos

quais, Matias de Araújo, habitante da aldeia em 1668, vem citado pelo Padre Serafim Leite.[67] Na casa (E) residia o Escrivão Diretor. Os restos da grande olaria ocupam o lugar D da planta.

De toda a série, o mapa de Abrantes é indiscutivelmente o mais interessante, dada a importância da sua matriz dentro da rede de monumentos baianos da Companhia de Jesus.[68] Destruídos ou mutilados, como são quase todos, reganham alguns sua fisionomia antiga do século XVII, graças a desenhos como este preciosíssimo documento, e outros da coleção do Arquivo Militar.

Desenhos como estes têm um valor especial para a história da arte. Corroborando e elucidando as descrições escritas, evocam de uma maneira impressionante a imagem da terra, como os retratos resguardam o caráter da gente. Nessa pequena coleção de plantas, mapas e elevações revivem a Bahia dos séculos XVII e XVIII. O "modelo da Alfândega" representa em terminologia exata o tipo de arquitetura oficial do segundo século da colonização no Brasil. Reúne nas suas linhas as qualidades das típicas construções civis – as casas da câmara, residências dos governadores, cadeias – do século XVII. A planta da igreja da Palma, com seus toscos losangos e clássica sacristia munida de armário, arcaz e lavatório, conta as primeiras manifestações de permanência, senão de monumentalidade na arquitetura religiosa do Brasil. Fora de alguns raros templos da Comapanhia de Jesus, que ainda mantêm quase intato seu caráter seiscentista, a maioria das construções daquela época sobrevive hoje em grande parte modificada, como a própria igreja da Palma de Salvador. Graças ao desenho do Arquivo Histórico Colonial Português, pode-se reconstituir, embora parcialmente, o aspecto primitivo do vetusto tempo de 1630-1670. A planta do convento de N. S. da Lapa, preciosa relíquia do grandioso projeto de meados do século XVIII evoca o estilo colonial já na sua fase mais desenvolvida. Estes três desenhos, com planta da Casa da Pólvora , são todos obra dos engenheiros militares, que em tantas ocasiões, tomaram conta de arquitetura civil. Constituem valiosas ligações com os muitíssimos documentos e referências históricas às atividades dos en-

genheiros militares. O mapa de Abrantes toca numa das maiores epopéias da América colonial, a civilização dos índios pelos padres da Companhia de Jesus. Reflete-se na singela residência, com alpendre característico na igreja sólida e austera, nas modestas casas dispostas em ordem ao redor da vasta praça, com os símbolos dos dois poderes no cruzeiro e no pelourinho que lá estão. Estabelece relações com outras aldeias Jesuíticas de terras longínquas, do Maranhão e do Pará, da Argentina e do Paraguai, formando ligações também com a América do Norte, cujas missões primitivas são, por assim dizer, o primeiro enlace arquitetônico dos dois continentes. Através deste, como de cada um dos desenhos, respira-se a ordem, honesta e sincera, daquele grande estilo da Renascença ibérica, que foi uma das mais sólidas bases da cultura baiana, que neste Congresso se estuda.

NOTAS

1. Uma seleção de desenhos dessa coleção foi publicada pelo autor desta comunicação em *Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo histórico colonial português (Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional)*, Rio de Janeiro, 4,1940, 209-49). Apresentando aqui uma segunda coletânea de plantas, mapas e elevações do mesmo Arquivo, deseja o autor agradecer profundamente aos funcionários do Arquivo Histórico Colonial Português (AHCP). Dr. Alberto Iria, Diretor do Arquivo , e D. Luiza da Fonseca, cuja generosíssima ajuda e preciosos conselhos tornaram possível a colheita e interpretação deste novo material.
2. Biblioteca Nacional de Lisboa; Arquivo de Marinha e Ultramar. *Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aquarelas*. Coimbra, 1908
3. Existe outra planta, do andar superior, das mesmas dimensões, mas sem legenda.
4. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal do Salvador (AHPMS), *Cartas do senado da câmara a S. Majestade,* A-159.
5. Segundo Souza Viterbo *(Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portuguezes ou a serviço de Porgual, Lisboa*, I, 1898, 378-80). Nicolau de Frias estudava a arquitetura em 1598 com outro Nicolau de Frias e a geometrica com o Cosmógrafo-mór de Portugal, João Baptista Lavagna, recebendo uma pensão de 20$000 réis por ano. Em 1603 foi ele nomeado para ir servir no Brasil "a fim de olhar pelas fortalezas d'aquelle estado." No ano de 1614 acompanhou Jerônimo de Albuquerque na expedição de Pernambuco contra os franceses do Maranhão, voltando em 3 de dezembro para informar ao Governador em Olinda a respeito da vitória aí alcançada. Regressou a Portugal em 1645.
6. A. J. de Melo Moraes, *Cidade da Cachoeira, "Brasil Histórico"*, 2ª série, Rio de Janeiro, 1866. 30. Segundo um mapa topográfico da cidade de Cachoeira na coleção George Arents, da New York Public Library, possuía este edifício uma sólida torre lateral. Esta vista, contudo, há ser interpretada com extremo cuidado, porque um exame detalhado de seus pormenores indica a probabilidade de alguns elementos fantásticos (Robert C. Smith, *Some views of colonial Bahia*, a ser publicado no próximo número de Arte, órgão da Academia Nacional de Belas Artes de Portugal).
7.Ilustrada em *Relíquias da Bahia* de Edgard de Cerqueira Falcão (S. Paulo, 1940, fig. 441)
8. Esta aquarela (num. cat. 31.65) mede .36m x .68m). Uma larga descrição dela figura em *Some views of colonial Bahia*. Publica-se aqui graças à licença tão amavelmente com cedida pelo Museu do Estado da Bahia.
9. José Antonio Caldas. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prezente anno de 1759 *(Revista do Instituto Geográphico e Histórido da Bahia,* Salvador, 57, 1931, 51).
10. Luis dos Santos Vilhena. *Notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas*, Bahia, 1921, 119-21
11. Ibid.
12. Governou o Brasil desde 1710 até 1711.
13. «As Igrejas Matrizes e Capellas do Sertão pela maior parte são de adobe ou terra com seo rebôco de cal, aonde a ha, tudo por falta de pedra e desta materia não pode ser duravel edifício algum. Os que tem nos seus districtos madeiras mais seguras, uzão dellas para mais segurança e duração...» Carta do Arcebispo da Bahia, D.Joaquim Borges de Figueroa (1773-80) para Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Bahia, 8 de novembro de 1774 *(Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de marinha e ultramar*, organizado por Eduardo de Castro e Almeida *(Annaes da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro*, [A.B.N.R] Rio de Janeiro, 32, 1910, 284).
14. Miguel Pereira da Costa, engenheiro militar mencionado na consulta do Conselho Ultramarino de 18

de junho de 1709 sobre a nomeação de engenheiros à praça da Bahia, chegou aí um ano depois. Foi autor de vários discursos sobre as fortificações de Salvador conservados em manuscrito na Biblioteca da Ajuda de Lisboa. Tendo servido na Bahia «em o posto de thenente de mestre de campo general engenheiro com grande trabalho e contínuo exercício nas fortificações e ser necessário ao meu real serviço» foi promovido a Mestre de campo " com os soldos e prerogatiuas que costumão ter semelhantes officiaes" em 17 de junho de 1714 (Souza Viterbo, op. cit. 2, 252-53).
15. Este engenheiro com patente de Capitão de infantaria com o exercício de engenheiro, foi nomeado para a praça da Bahia em 1711. Cinco anos depois passou a ser Sargento-mór. Exércitou o seu posto em Salvador "com bom procedimento, ensinando na aulla a fortificação militar"(ibid., 2, 1-3)
16. AHCP, *Papeis avulsos de Pernambuco*, não catalogados.
17. V. a seção desta comunicação sobre o convento de N. S. da Lapa.
18.Uma apreciação sobre o papel do engenheiro militar português na vida brasileira do século XVIII foi publicada recentemente pelo autor (Robert C. Smith, *Jesuit buildings in Brasil, "Art Bulletin*", XXX, 3 setembro, 1948, 207-13)
19. AHPMS. *Arrematação* 3, 5 de agosto de 1724. V. Robert C. Smith, *Documentos baianos* a ser publicado no próximo número da "*Revista da Diretoria do patrimônio histórico e artístico nacional.*"
20. O alpendre servia de pórtico em numerosas capelas de engenho e igrejinhas rurais da primeira metade do século XVII, como mostram as pintura de Frans Post (1612-80) e Zacarias Wagner. Diversos desses quadros são reproduzidos na belíssima nova monografia do erudito Joaquim de Souza-Leão, filho (*Frans Post,* S. Paulo, 1948. 27. 60, 64 VII, VIII, IX, XII, XVII, XXI, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII).
Sobrevivem poucos exemplos no Brasil, entre eles, na Bahia, N. S. da Escada; S. José do Genipapo (Castro Alves); Sto. Antônio dos Veslasques (Itaparica). V. Falcão, op. cit, 420, 430, 494, 499. Em Pernambuco existem as capelas de S. Roque de Serinháem e S. Miguel de Garapú, perto da Cidade do Cabo. Outras são S. Miguel, às portas de S. Paulo, e Columbandê no estado do Rio de Janeiro.
21. Pedro de Vasconcelos de Sousa, terceiro Conde de Castelo Melhor governou o Brasil de 1711 a 1714.
22. ABNR, 32 267.
23. Quando no ano de 1693 chegou à Bahia Frei Alípio da Purificação, comissários geral dos missionários agostinhos descalços, acompanhado de mais três frades, para estabelecer um convento de sua ordem ,obtiveram, a cessão da igreja de N.S. da Palma com doação de terreno contíguo a ela, onde principiaram a construção de um hospício para receber seus missionários que chegassem de Portugal com destino à ilha de S. Tomé. Reedificou-o, e provavelmente a igreja também, Frei Bento da Trindade depois de 1778 (Francisco Vicente, *Memória sobre o estado da Bahia*, p. 313; Inácio Accioli, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, Salvador, 5, 239-41).
24. Ilustradas em Falcão, op. cit., 98, 272, 283.
25. Ministério da Educação e Saúde, Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 7, Rio de Janeiro, 1940, 269-71.
26. Este engenheiro militar chegou à Bahia em 1749 com a patente de Sargento-mór (Sousa-Viterbo, op. cit., 1, 162-63) por um período de 8 anos. Embora ao fim deste prazo quisesse voltar a Portugal, foi-lhe dado a tarefa de visitar as minas de Montes Altos no sertão baiano, onde se tinha descoberto salitre. Ficou promovido a Tenente Coronel em 1761. Morreu em Salvador em 1767 (ABNR, 32, 161).
27. José Antonio Caldas, grande desenhista e ativíssimo engenheiro da praça da Bahia, nasceu na cidade do Salvador, de que seu pai era natural. Assentou praça de soldado em 25 de março de 1745, sendo promovido a Cabo de esquadra em 2 de março de 1750. Entrou na Aula Militar da cidade, e como partidista dessa firmou a planta e elevação do seminário de N. S. da Conceição no lugar da Saúde, que os Jesuitas pretendiam levantar em Salvador (desenho atualmente no Arquivo Militar do Rio de Janeiro). Em 1755 se lhe concedeu licença para ir passar um ano em Lisboa. Já, nesse ano, porém, foi escolhido pelo Vice-rei Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha (1754-60) para delinear as fortificações das ilhas de S. Tomé e Príncipe (alguns desenhos no AHPMS). Regressou a Salvador antes de agosto de 1757 e trabalhou

com Manuel Cardoso de Saldanha na preparação da *Elevação e Faxada que mostra em Prospeto pela Marinha a Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, Metrópolo do Brazil aos 13 graos de latitude p.a a parte do Sul, e 345 gr.s e 36 min.tos de longitude, Bahia e de Abril 13 de 1758* (.19m x 1.22m). O panorama junto com o texto descrevendo a Bahia, da autoria de Caldas (nota 9) são guardados no AHPMS. Aos 3 de abril de 1761, Caldas foi nomeado Capitão de infantaria com exercício de engenheiro e lente da Aula Militar da Bahia. Dirigiu a obra da reconstrução da Sé catedral. Existem diversas referências às atividades do engenheiro durante esta década. Em 1763, inspecionava calçadas da cidade. Quatro anos depois, com Manuel Cardoso de Saldanha visitou as fortificações do Espirito Santo. Nesse mesmo ano, tratou do encanamento da fonte de Água dos Meninos. Em 1768 José Antonio Caldas recebeu a patente de Sargento-mór, sendo nessa época o único engenheiro da praça da Bahia. Foi de novo ao Espírito Santo em 1766 e, regressando a Salvador, procurou nova promoção. No ano de 1782, agora cavaleiro professo na Ordem de Cristo, firmou seus últimos desenhos, representando o antigo colégio da Companhia de Jesus do Salvador com sua respectiva igreja. Caldas morreu aos 31 de outubro de 1782 (R. C. Smith, *Jesuit Buildings,* 211-13). O grandioso panorama de Caldas e Saldanha faz parte da mesma série de vistas da cidade, executadas no século XVIII e espalhadas nos arquivos de Portugal e do Brasil, à qual pertencem as seguintes peças.
Vistas manuscritas setecentistas da Cidade da Bahia
"Topographia da Bahia de todos os Santos, na qual está situada a cidade de S. Salvador. Feita pelo Sargento-mór Engenheiro José Antonio Caldas e copiada e reduzida pelo Ajudante d'Engenheiro José Francisco de Sousa em 1774" (.33m x .44m). Arquivo histórico Colonial Português, Lisboa.
"Prospeto da Cidade da Bahia de Todos os Santos na América Meridional aos 13 graos de latitude, e 345 graos e 36 minutos de longitude por José Francisco de Souza e Almeida, Capitão de Artifices, 1782" (.21m x .385m). Arquivo da Direção da Arma da Engenharia do Exército Portugues, Lisboa.
"La Baya de Tous Les Saints, Ancienne Capitale Du Brésil. Dessinée sur les Lieux par Albert Dufourcq" (1783?, .34m x .735m). Instituto Geográphico e Histórico da Bahia, Salvador.
"Perspectiva de uma parte da Cidade da Bahia, na qual se mostram os Edifícios comprehendidos na parte superior e inferior da Cidade, algumas Ruinas e o Projecto de um novo paredão. Pelo Ajudante d'engenheiro, Manuel Rodrigues Teixeira, 1786 " (.46m x .30m).
"Perspecto da Cid.e de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos por Manuel Rodrigues Teixeira, Cap.m Engenh. (.33m x 1.575m). Arquivo da Direção da Arma da Engenharia, Lisboa."
"Topografia da Cidade capital de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos por Joaquim Vieyra da Silva, Ajud.e Engr.o, 1798" (.484m x .66m). Arquivo da Direção da Arma da Engenharia, Lisboa.
28. Governador do Brasil desde 1702 até 1705.
29. AHPMS, *Cartas do senado da câmara a S. Majestade,* A-436, 66 verso.
30. Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda. *História Orgânica e Política do Exército Português*. 15, Coimbra, 1928, 119-24.
31. 1613-78. Sua principal obra sobre a fortificação é o *Methodo lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares*, Lisboa, 1680.
32. "Dom Joam por graça de Deoz Rey de Portugal, etc. Faço saber a voz Prov.or mor da Faz.a do Est.o do Brazil, que por ter rezoluto que Afonço Luis da S.a tome por assento o refino da Pólvora que se acha neste Est.o para se refinar, e p.a esse effeito necessitar da fabrica que se acha nesta praça, voz ordeno lhe mandeis entregar a fábrica da Polvora com todas as suas pertenças e miudezas por inventário,e por elle será obrigado o mesmo Afonço Luis a restituir tudo sem deminuição alguã. El Rey nosso Snr.o mandou por Miguel Carloz Conde de Sam Vicente, Gr.l da Armada do mar oceano doz seoz concelhoz do Estado e Guerra e Prezidente do ultramarino. Miguel de Macedo Ribeiro a fez em L.xa a dous de Junho de mil sette centoz, e quatorze."
33. "Planta, perfil, e fachada da Fabrica da Pólvora da cidade da Bahia, edificada junto ao Forte de S. Pedro. Desenho de Manoel Cardozo de Saldanha, 1751" (.42m x .25m).
34. Castro e Almeida, na sua descrição do desenho de Jordão, afirma que nesta época se projetara adaptar

a Casa da Pólvora para a preparação do salitre que se explorava no sertão (*Catálogo de mappas* etc., 21), citando um ofício de Wenceslau Pereira da Silva, dado da Bahia, 7 de julho de 1755, que não nos foi possível consultar na preparação deste estudo e nem o "officio do Capitão Engenheiro Bernardo José Jordão, para o intendente geral do ouro, remettendo a planta da fábrica da refinação da pólvora da Bahia fazendo a preparação do salitre, que vinha do sertão, Bahia, 6 de julho de 1755" (ABNRJ, 32, 1909, 127). Não se encontram informações sobre a personalidade de Bernardo José Jordão nem em Sousa Viterbo nem no livro de Sepúlveda.

35. "Planta, perfil e fachada da casa onde se fabricava a pólvora na cidade da Bahia situada junto do Forte de S. Pedro. Desenhada por Ignácio Lopes de Azevedo aluno partidista da Aula Militar. Bahia, 7 de março de 1756" (.435m x .285m).

36. Campos, *op. cit*., p. 91.

37. "No que toca à fábrica dos Portaes deve ser no aspecto exterior algum rude para que represente austeridade, & horror significando assim ser a Praça invencível, & formidável a seus inimigos. Daqui veyo que nos Portaes de alguas antigas cidades se punhão Estátuas armadas, & esculpião as bandeiras, & despejos dos inimigos vencidos, ou outros sinaes significativos de emprezas grandes representando ` cidade inexpregnavel, antiga & triunphal. Por esta razão convem que sua fábrica seja de ordem Tuscana ou da Dorica das cinco, a que a Architectura Civil está reduzida: da Tuscana por ser muito de forte, & robusta, apta a sustentar todo o peso grave (diz Vicenzo Scammozz) & que por tanto semelha o modo agigantado: da Dorica por ser de corpo, partes & membros fortes, & galhardos, representando muito do modo Herculeo, por cuja causa foi pellos antigos Architectos dedicada a Hercules (Serrão, Methodo Ilusitânico, 147)."

O Sieur Frézier, engenheiro de Sua Majestade Cristianissima, que observou a Casa relativamente pouco tempo depois de sua terminação, forneceu pormenores importantes acêrca da construção. "*C'est um quarré de même"* escreveu o viajante francês "bâti de maçonnerie & sans fossé, lês bastions sont de six toises de face, lês courtines en ont quartoze, & les flancs deux, Il contient huit corps de magazins, voutés & couverts em pirâmide, couronnés d'autant de globes: on dit qu'l peut bien contenir deux à trois mille barrils de poudre; mais on y en tient souvent moins de cent. " (*Relation du voyage de la mer du sud aux côtes du Chily et du Pérou fait pendant les annés* 1712, 1713, & 1714, Paris, 1732, p. 274)

38. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de manuscritos: Luiz dos Santos Vilhena, manuscrito das Cartas soteropolitanas: desenho 45.

39. *Na Notícia geral* de 1759 José Antonio Caldas informa que a Casa da Pólvora "serve... de hospedagem, e hospital aoz Estrangeiroz que impelidos das vexasoens navaes vem surdir neste porto, naquel pondo-selhe hua guarda na porta lhe impedem a comunicação, e comercio com os habitantes naquele pouco tempo que rezidem em reparar as suas ruínas..." (203). O engenheiro Tenente Coronel Manuel Rodrigues Teixeira assinou, em 27 de agosto de 1809 um relatório sobre o estado da Casa da Pólvora (Arquivo Público do Estado da Bahia, *Ordens régias*, 1810, 155-58).

40. Em 1764 haviam no convento 84 religiosas franciscanas (*Relação dos mosteiros de religiosas da capitania da Bahia*, ABNR, 32, 66)

41. Fundado em 1679 por Frei Giovanni Promeano e Frei Tommaso di Sosa (Caldas, *op. cit*., 11: Viana, *op. cit.*, edição inglesa, 1893, 316-17). Accioli, *op. cit.*, 5, 231-34.

42. Vasco Fernandes César de Meneses, quarto Vice-rei do Brasil, 1720-35.

43. Ligadas com o dique ou fosso cavado pelos holandeses em 1624 (Campos, *op. cit.,* 270). Figuram "A muralha e Dique com que os Holandeses a havião guarnecido pella parte da Campanha" na planta da cidade do engenheiro João Massé copiada por Luiz dos Santos Vilhena, que mostra também a posição do forte de S. Pedro em relação com a Casa da Pólvora (manuscrito citado).

44. Servia em 1720 nos Açores. Oito anos depois foi nomeado arquiteto do palácio de Vendas Novas, na província do Alentejo, construído na ocasiãop das bodas do futuro D. José I de Portugal (Sepúlveda, *op. cit.,* 15, 298-99). Primeiro governador da ilha de Sta. Catarina, tomou posse a 7 de março de 1739, ficando aí 10 anos. Em 1748 mandou a Lisboa desenhos dos quartéis e casa do governo (Castro e Almeida,

Catálogo dos mappas, etc., 379-83); já em 1739 tinha enviado um projeto dos canos das Águas da Carioca do Rio de Janeiro, quando servia de governador interino desta capitania na ausência de Gomes Freire de Andrada. (AHCP).

45. No ano de 1723, já na Bahia, recebeu este engenheiro português a patente de Capitão do Vice-rei Conde de Sabugosa. Nove anos depois, foi promovido a Sargento-mór e em 1746 a Tenente de Mestre de Campo, ficando Tenente Coronel em 1757. Nicolau de Abreu e Carvalho foi agraciado em 1747 com a ordem militar de Cristo, em reconhecimento dos seus serviços à coroa em inspecionar minas, fortes e igrejas arruinadas que careciam de reparos, suas atividades nas defezas da costa do Espírito Santo e Morro de S. Paulo, e como lente na Aula Militar da Bahia. Em 1761, na idade de 73 anos, estava quase totalmente cego (R. C. Smith, *Jesuit buldings,* 212, nota 244).

46. Tendo servido como Capitão de engenheiros na companha portuguesa a favor da causa austrica na Guerra da Sucessão de Espanha, e assistido à rendição da praça de Albuquerque em 1705, veio João Massé com o posto de brigadeiro examinar e reparar as fortificações da Bahia. Talvez edificasse o forte de S. Pedro. Em 1727 regressara a Lisboa, onde serviu de censor ao livro *Engenheiro português* de Manuel de Azevedo Fortes, Engenheiro-mór de Portugal (Sousa Viterbo, 2, 154). Sepúlveda acha-o inglês (*op. cit,* 9, Coimbra, 1923, 277).

47. Lançou a primeira pedra desta capela a 19 de outubro de 1724 o Vice-rei Conde de Sabugosa (Falcão, *op. cit.*, 272, 273).

48. Provincial e reitor, 1740-44 (Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil,* 5 Rio de Janeiro, 1945, 87).

49. João de Abreu e Carvalho, filho, e Nicolau de Abreu e Carvalho, foram designados em 1763 para assistir, junto com o soldado Manuel de Oliveira Mendes, «aos lanços das obras da Torre e Adro da Sé» apesar dos protestos de José Antonio Caldas por motivo do jovem não ter frequentado a Aula Militar da cidade. Diz um documento do AHCP a respeito dele «padeceu o defeito à natividade de ter o lábio superior raxado por duas partes com hua grande concavid.[e], e lezão, de maneira q. não se lhe percebem as palavras.» Era bom desenhista, empregando no seu trabalho enfeites caligráficos de forma bastante original e agradável (R. C. Smith, *some views of colonial Bahia*).

50. Informa a *Relação dos mosteiros de religiosas da capitania da Bahia* de 1764 que o convento possuía «21 religiosas de véo preto, das quaes cada uma tem sua cella; pois ha no dito Mosteiro 34, além das precisas officinas do mesmo Mosteiro. A renda de que se sustentão as Religiosas e 12 servas da Communidade, que rezidem na clauzura são as congruas vitalícias de 100$000 rs., que tem annualmente cada huma das religiosas, as quaes fazem a quantia de 2:100$000 rs. E deste rendimento se tirão 100$000 rs. para a despeza que faz a Igreja e sachristia, por não ter esta outro patrimônio mais que 3 pequenas moradas de casas terreas, que tendo alugadores remdem annualmente 36$800 rs., as quaes casas obtiverão por esmola que se deo á mesma Igreja e sachristia. E supposto que, conforme a ordem do dito Senhor Rey D. João 5º se estabeleceo rendimento proporcionado para a fabrica da sachristia em huma morada de casas de 2 sobrados, que rendia annualmente 100$00 rs., esta se demoliu com huma grande porção de terra que cahiu sobre ella, movida de huma grande invernada. E como a Capella que tinha o dito Mosteiro era improporcionada pela sua pequenez e situação e nem tinha côro para se satisfazer commodamente aos officios divinos e mais funcçoens religiosas, por consentimento do dito Arcebispo e por haver 16 mil cruzados, que tinhão sobrado das despezas feitas com a sustentação das Religiosas dos annos pretéritos e promessas de varias esmollas para a mesma obra se resolverão a fazer nova Igreja, côro e sachristia, que tudo importou a quantia de 23:692$299 rs., do que resulta achar-se presentemente o dito Mosteiro devedor de 11:050$447 rs., que se hão de satisfazes com as obras da sustentação das religiosas, por não ter outro rendimento, pois nem herda os principaes das congruas, nem as legitimas das religiosas» (ABNR, 32, 67). Viana afirma que a Provisão Régia de 20 de outubro de 1733 autorizou apenas 20 freiras e que o Cabido Sede vacante fez a cada uma a doação de 1:600$000 (*Op. cit.*, edição inglesa, 313).

51. Autor do risco da igreja matriz de S. Ana Salvador, que a partir de 15 de dezembro de 1754 construiu

em companhia de seu filho Manuel de Oliveira Mendes. O contrato será publicado integralmente com o artigo *Documentos baianos* acima mencionado.
52. Entre as plantas mais interessantes e informativas figuram as das vilas de Alcobaça, Prado, Portalegre e Vila Viçosa na capitania do Porto Seguro, todas mandadas executar pelo Ouvidor, José Xavier Machado Monteiro, entre 1769 e 1772 (Castro e Almeida, *Catálogo de mappas* etc., 230-233) e a planta de Fortaleza, Ceará, que acompanha um requerimento do Capitão-mór Manuel Francês, de 3 de outubro de 1730 (reproduzida por S. Leite, *op. cit*., 3, Rio de Janeiro, 1943, 76-77).
53. *Ibid*., 5, 261-64.
54. ABNRJ 34, 328-31.
55. *Ibid.*, 327.
56. *Ibid.,* 409, 436.
57. *Ibid.*, 33, 364.
58. *Ibid*., 333.
59. *Ibid.*, 327-28.
60. Ibid.
61. *Ibid.*
62. *Ibid.,* 333.
63. *Ibid*., 331.
64. *Ibid.*, 333.
65. Os arquitetos da Companhia de Jesus, assim como os de outras ordens religiosas em Portugal na segunda metade do século XVI e no período seguinte, colocavam os alpendres, alguns abobadados e cobertos de azulejos às entradas dos conventos ilhargados às igrejas. Subsistem nas antigas fundações Jesuíticas de Evora, Elvas, Portalegre e Ponta Delgada, no antigo convento de N. S. do Carmo de Evora e catedral de Viseu. No Brasil nenhuma das velhas construções da Companhia que o autor conhece tem seu alpendre conservado, embora o ex-colégio de Sto. Alexandre de Belém do Pará mostre ainda uma parte dele encostada na parede da fachada. Existem bons exemplares no convento de N. S. da Penha de Vila Velha, Espírito Santo, talvez do século XVI, e no mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro (século XVII). Vestígios de alpendres encontram-se às entradas do hospício de N. S. do Carmo de Goiana (Pernambuco) e do convento franciscano de N. S. das Neves de Olinda. Sabe-se, graças a uma extraordinária série de desenhos setecentistas no Arquivo Militar do Rio de Janeiro representando antigas propriedades dos Jesuitas na Bahia que o colégio do Salvador e seminários de N. S. da Saúde e Belém da Cachoeira os ostentavam no século XVIII (R. C. Smith, *Jesuit buildings*, figuras 1, 6, 10, 11).
66. Reproduzidas por Falcão, *op. cit*., 424, 493.
67. *Op. cit.*, 5, 262.
68. Nota 65. Não conhece o autor o atual aspecto da matriz de Abrantes.

PARECER DO RELATOR DO I CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA

A MEMÓRIA que apresenta o Prof. Robert C. Smith, da Universidade da Pennsylvania, é um precioso documentário, com excelentes comentários, e que constitui inestimável contribuição aos estudos históricos, especialmente artísticos da Bahia. Recolheu no Arquivo Histórico Colonial Português, onde se encontram tantas peças da maior importância relativas às construções brasileiras, em desenhos e riscos, acompanhados dos documentos que lhes são referentes, uma série deles, os que se relacionam com a Bahia, a saber: Obras da Alfândega, Igreja de N. S. da Palma, Fábrica para refinaria de pólvora, Convento da Lapa, e a Vila de Abrantes da Comarca do Norte, acompanhado de notas e esclarecimentos da mais alta valia.

Em matéria de documentário ainda escasso, a contribuição que traz a este Congresso o Prof. Robert C. Smith é das mais importantes e preciosas, já pelo mérito do trabalho, pela apresentação das peças e pelas notas bibliográficas, permitindo que novas luzes esclareçam o capítulo da arquitetura colonial em nosso Estado e no Brasil.

Não se trata de tese, portanto nada há que provar, mas a Comissão recomenda sua publicação, com as fotografias e realça o valor da memória.

Renato Almeida
Relator